



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 117

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE OUTUBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 117

111ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 14

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 19

Dep. Fernando Scanavaca 21

Dep. Ademar Traiano..... 22

Dep. Mauro Moraes 25

Dep. Tadeu Veneri..... 26

Dep. Péricles de Mello..... 27

Grande Expediente:

Dep. Neivo Beraldin 29

Dep. Jocelito Canto..... 31

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 20

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano..... 22

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 28

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró..... 32

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira34

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins35

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício36

Liderança do PMDB

Dep. Stephanes Júnior37

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch38

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli39

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente40

Discussão/Votação

Redação Final41

3ª Discussão41

2ª Discussão41

1ª Discussão41

Requerimentos46

Encerramento da Sessão49

Publicações:

Comissão Executiva

Atos.....49

Diretoria Geral

Portarias51

Atas de Comissões

Constituição e Justiça51

Presidência

Indicações Legislativas52

DIÁRIO Nº 117**111ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE OUTUBRO DE 2009**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Pércles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior e Tadeu Veneri (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Osmar Bertoldi, Reni Pereira e Waldyr Pugliesi (06).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Cida Borghetti e o Sr. Deputado Teruo Kato (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofícios**

Sob os nºs CEE/CC 3291, 3293, 3294, 3295 e 3326/09, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil, comunicando que o Sr. Roberto Requião, Governador do Estado SANCIONOU os Projetos e Lei nºs:

137/09: De autoria do Deputado Luiz Nishimori que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Saburo Sugisawa, o qual convertido em lei tomou o nº 16234. **Anote-se - Arquivo-se.**

446/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Rio Bom, o qual convertido em lei tomou o nº 16235. **Anote-se - Arquivo-se.**

384/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Altônia, o qual convertido em lei tomou o nº 16236. **Anote-se - Arquivo-se.**

374/09: Do Poder Executivo que, dá nova redação ao artigo 2º, da Lei nº 14968, de 21/12/05, o qual convertido em lei tomou o nº 16237. **Anote-se - Arquivo-se.**

243/08: De autoria do Deputado Stephanes Júnior que, estabelece normas de proteção à saúde e de responsabilidade por dano ao consumidor, nos termos dos incisos V, VIII e XII do artigo 24, da Constituição Federal, para criação de ambientes de uso coletivo livres de produtos fumígenos, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 16239. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC 118/09, do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 375/09, de autoria do Poder Executivo, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, visto que, através de emenda foi suprimido o artigo 2º do projeto de lei que tratava da inalienabilidade e da destinação do bem a ser doado, enviado pelo Poder Executivo, através da Mensagem nº 058/09. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 378/09-GP, do Sr. Hermas Brandão, Presidente do egrégio Tribunal de Contas do Estado, encaminhando relatório de atividades desenvolvidas pela referida corte durante o 2º trimestre de 2009. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 899/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes a execução urgente da duplicação da PR-558, trecho que liga os Municípios de Campo Mourão e Araruna.

Ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e solicitar o seguinte:

1) A execução de obras de melhorias na Rodovia Bento Fernandes Dias, PR-558 que liga os Municípios de Campo Mourão e Araruna.

2) Diante do elevado número de acidentes e a insegurança geral que vem sendo gerada pela falta de sinalização adequada, é de suma importância que se promova com a máxima urgência a execução da duplicação da pista.

3) A reincidência de problemas relacionados descuido no trato que realmente o trecho da PR-558 merece tem ceifado vidas, tolhido sonhos, desestruturado famílias e gerado as mais variadas formas de desgraças para a região.

4) Requer-se que esta Secretaria de Estado dispense a máxima atenção ao atendimento da população que clama por melhorias no trecho. A pista precisa, além da duplicação, ainda de:

- iluminação adequada;
- construção de ciclovias;
- sinalização adequada, e
- a construção de trevo de acesso à Santa Casa Regional e ao Complexo Frangobras.

5) O drama vivido pelos usuários da estrada que liga Campo Mourão a Araruna-PR-558, pode ser amenizado e até extinto se a pista de fato tivesse acostamento, ou fosse melhor sinalizada.

6) A situação atual pode ser classificada como terrível. A estrada é muito perigosa, cheia de curvas e sem acostamento. Muita gente já perdeu a vida ali.

7) Além do risco com a estrada, que não oferece nenhuma segurança, verifica-se, ainda, como complicador, outra adversidade, pois dependendo do local, não existe sinal de celular e qualquer problema na estrada fica dificultado o pedido de socorro.

8) A mídia vem divulgando que a Polícia Rodoviária da Balança de Peabiru, fez o levantamento de acidentes ocorridos durante o ano passado e também de janeiro a setembro desse ano. O índice revela aumento de acidentes e mortes. Em 2008, foram 26 acidentes, com 26 pessoas feridas e uma vítima fatal. Já nos primeiros nove meses desse ano, o posto rodoviário registrou 25 acidentes, que resultaram em 21 feridos e duas mortes.

9) Destaque-se que a PR-558, entre Campo Mourão e Araruna é percorrida diariamente também por pessoas que moram em uma cidade e trabalham na outra.

10) O atendimento ao nosso pleito, que é de caráter urgentíssimo, diminuindo o risco de acidentes graves possibilitando um melhor escoamento do tráfego local. A sinalização pretendida representará de forma bastante significativa a melhoria das condições da população local e beneficiará, também, todos os Municípios da região.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 900/09

SÚMULA:

Sugere a aquisição de uma ambulância ao Município de Jandaia do Sul.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a aquisição de uma ambulância ao Município de Jandaia do Sul.

II - a apresentação da presente indicação, objetiva a atender inúmeras solicitações da população de Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 4839

Senhor Presidente:

Requer à Mesa Diretiva, seja aprovada, na forma regimental, a destinação do Horário do Grande Expediente da Sessão do dia 06/10/08, para a instalação oficial do Centro de Operações Legislativas - COPELEGIS, com a manifestação do Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Deputado Nelson Justus e do 3º Secretário da Casa e Supervisor do COPELEGIS, Deputado Elton Welter.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) ELTON WELTER

REQUERIMENTO Nº 4793

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa, que seja realizada homenagem a Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Sra. Maria Clara Cavalcante Bugarim, no dia 11 de novembro, quarta-feira, às 10h, no plenarinho desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Estou realizando a solenidade para homenagear a Presidente do Conselho Federal de Contabilidade pelo excelente trabalho que vem sendo realizado.

REQUERIMENTO Nº 4844

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo nominado, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que se instale a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no dia 26/10/09, às 18h, para que se realize a Sessão Especial de Homenagem Póstuma ao Dr. Luiz Felipe Haj Mussi.

Deverão ser convidados à participação todos os membros desta Casa Legislativa além de membros da sociedade civil local, bem como os órgãos representativos das categorias profissionais afeitas às atividades do homenageado, além da participação das universidades e meios acadêmicos.

Requer-se, também, que o cerimonial da Assembleia Legislativa providencie a organização da Sessão que se realizará no plenário desta Casa de Leis, incluindo a confecção dos convites.

Julgamos de grande importância para a comunidade que se realize esta Sessão Solene para melhor destacarmos na comunidade local esta homenagem póstuma.

Ainda, aproveitamos o ensejo para manifestamos a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

“Quando fui preso e levado para a Ilha das Flores, no Rio, quem me achou foi o Mussi, desde então meu advogado e protetor. Arrancou-me daquele inferno. Devo-lhe, talvez, a vida”. Fábio Campana, jornalista.

O Sr. Luiz Felipe Haj Mussi era advogado, Desembargador Federal do Trabalho, aposentado, membro do Instituto dos Advogados do Paraná e Presidente do Conselho Nacional de Ética do PPS, partido ao qual estava filiado. Havia sido Secretário da Segurança Pública do Paraná, na gestão do Governador José Richa, durante os anos 80. Seu conhecimento sobre políticas de combate ao crime tornou-o um dos maiores conhecedores do assunto no Paraná. Rotineiramente abordava esse e outros assuntos da política brasileira em artigos publicados nos mais variados meios de comunicação. Em 2006, disputou a eleição ao Senado pelo PPS, e obteve 78 mil 723 votos, ficando em terceiro no pleito.

O jornalista, filósofo, professor e advogado José Eugênio Maciel, de Campo Mourão, publicou uma nota em homenagem ao Dr. Mussi, que tomo a liberdade de transcrever:

“Luiz Felipe Haj Mussi foi o advogado da resistência contra a ditadura. Advogado da liberdade. Era a voz que interpretava o grito oriundo dos porões dos cárceres, nos quais compareceu para servir de alento e esperança aos arbitrariamente presos pelo regime militar. Uma voz que se cala agora definitivamente, mas que, em vida, jamais se silenciou, jamais foi dúbia, equivocada ou com titubeamento. A voz convicta, vibrante e incansável a levantar a bandeira dos direitos humanos e da democracia.

Enquanto muitos tombaram em batalha ou cruzaram os braços por omissão ou covardia, Dr. Mussi se mantinha altivo, timoneiro, tão idealista que não se punha a divisar ou ponderar riscos, lutava com bravura, desde os tempos do movimento estudantil universitário, posteriormente como advogado, militante político e partidário, assim como nos cargos que ocupou, sempre com dignidade e honra, sem se apegar, mas instrumentalizando-os em favor da causa libertária e ética.

No Governo de José Richa, iniciado em 1983, o Sr. Mussi foi Secretário de Segurança Pública no Paraná. Enfrentou espinhosas missões, agindo com rigor contra policiais que não honrassem a farda que tinham. Contribuiu enormemente para a melhoria significativa nos vencimentos e planos de carreira, o que acabou refletindo na humanização das Polícias e na maior segurança e tranquilidade à população. Naquela década, o regime militar se desgastava celeremente, chegando ao ápice quando foi dado início a campanha Diretas já!, movimento cívico e suprapartidário que iniciou em Curitiba, na Rua XV, em plena Boca Maldita. Dr. Mussi foi um dos que liderou o movimento na sua organização e estrutura, em plena Boca Maldita. Dr. Mussi foi um dos que liderou o movimento na sua organização e estrutura, mesmo com a preocupação de muitos quanto à possível reação da ditadura (que de fato se deu, mas não a ponto de impedir que por todo o Brasil fossem realizados majestosos comícios.) A capital paranaense reunia mais de 50 mil pessoas, uma festa cívica, marco inaugural para o fim da ditadura em 1985.”

Entusiasta da liberdade, competente advogado, uma pessoa culta e de bom humor, infelizmente faleceu no dia 21/09/09, em Curitiba, aos 64 anos, vítima de problemas cardíacos.

REQUERIMENTO Nº 4858

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene para entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Desembargador José Augusto Gomes Aniceto, no dia 18 de novembro, quarta-feira, às 18h após Sessão Plenária.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Estaremos realizando a solenidade para entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Desembargador José Augusto Gomes Aniceto, conforme Lei nº 16047 de 19/02/09, publicada no Diário Oficial nº 7915 de 19/02/09.

REQUERIMENTO Nº 4837

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei nº 526/09, que declara de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Paranaguá, por existir a Lei nº 13011, de 12/12/00.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 4792

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, voto de pesar, pelo falecimento do Vereador Lauro Gordia, ocorrido no dia 02/10/09, na Cidade de São João do Triunfo, Estado do Paraná.

Lamentavelmente uma fatalidade, acaso infeliz, ceifou a vida de um jovem líder comunitário e político.

Toda a população consternada chora a perda prematura de Lauro Gordi.

Homem esforçado, corajoso, solidário, sincero, lisura de comportamento, respeitado e admirado pela sua capacidade de trabalho, ações firmes, modo de ser, de sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo.

Com atuação exemplar como Soldado da Polícia Militar do Paraná, e sempre atuando como líder comunitário, atendendo e auxiliando as pessoas, teve reconhecido o seu trabalho pelo povo de São João do Triunfo, elegendo-o Vereador nas eleições de 2008.

A assembleia Legislativa do Estado do Paraná se associa à dor da família enlutada e da população de São João do Triunfo, transmitindo suas condolências para autoridades, esposa, filhos, parentes e amigos.

Requer ainda, seja oficiado às autoridades de São João do Triunfo e família enlutada, a manifestação da Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 4794

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valdemir Carneiro de Vargas, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4795

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sebastião Fernandes Carvalho, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4796

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Saul Resende Silveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4797

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rodolfo Westenberg, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4798

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Reniuzza Maria dos Santos Pereira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4799

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Pedrolina Gomes de Ramos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4800

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Paulina Bulik de Duck, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4801

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Ovidia da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4802

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Isabel Tararan, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4803

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luiz Marcelo da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4804

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Ferreira Hansen, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4805

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Maria Serenato, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4806

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luis Odir Rodrigues, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4807

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Adalton Caetano Valetim, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4808

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Joaquito da Silva Vicente, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4809

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Frida Gonçalves da Luz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4810

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Roseli de Jesus Bongtt, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4811

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Frederico Mercer Sobrinho, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4812

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Francisco Afonso Soczek, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4813

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Francelina Vieira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4814

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dirceia Aparecida Schimioski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4815

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Conrado Davi Eichebaum, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4816

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cleide Melo Marques, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4817

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Kendi Tiba, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4818

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Cadene dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4819

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Carlos Eduardo Ramos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4820

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Bruno Caetano de Almeida, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4821

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Augusto Ranthum, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4822

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Arminda Vargas da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4823

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ari Gomes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4824

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Mario Cezcalski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4825

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dejanira da Rocha, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4826

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ezequiel de Góes Coelho, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4827

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Hamilton Rodrigues, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4828

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Luiz Pinheiro da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4829

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luiz Fortunato Pontarolo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4830

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Kricak, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4831

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Marta Kaule, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4832

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dalila Vieira da Rosa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4833

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Neri José Ferreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4834

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Nelci Rossi, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4835

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Clarice de Paula Dantas, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4854

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Lucena, pelo falecimento do jovem Thiago Adriano da Silva Lucena, ocorrido no dia 04 de outubro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família Lucena.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 4861

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do professor Dr. Rosala Carzuze.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital dia 04 do corrente, aos 103 anos de idade o médico e professor Dr. Rosala Carzuze, era filho de Assef Jorge Garzuze e Dona Eunice Garzuze, deixou viúva a Sra. Carmem Moraes Vellozo Garzuze.

O Dr. Rosala Garzuze era natural do Líbano e veio com a família para o Brasil com três anos de idade. Fixou-se no bairro do Portão. Estudou no Ginásio Paranaense, atual Colégio Estadual do Paraná. Nos anos seguintes teve seu primeiro encontro com o professor Dario Velloso, que residia na Vila Izabel. Em 1932 se casou com Dona Carmem, uma das filhas do Mestre.

O Dr. Rosala, era médico de formação, tendo se aposentado como professor de Anatomia no curso de Medicina da Universidade Federal do Paraná. Dirigiu o Instituto Neopitagórico, na Vila Izabel desde 1937, quando recebeu a liderança da casa das mãos de seu sogro, o poeta paranaense Dr. Dario Vellozo. Com o seu falecimento, praticamente finda uma linguagem de intelectuais oriundos do simbolismo, corrente literária que fez escola na Cidade de Curitiba a partir do final do século XIX.

O Instituto Neopitagórico, cuja filosofia entrelaça os diversos campos de conhecimento, procurando nexos entre eles, lhe serviu como uma luva. A frente do grupo, estudos das ciências exatas a literatura, passando pela cosmologia, a ética ou o que mais desafiasse.

O Dr. Rosala Garzuze, além de grande amigo, foi professor de Direito deste Parlamentar que sente orgulho da amizade e saudades do competentíssimo professor.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares do Dr. Rosala, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família GARZUZE endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 4788

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, REQUER ao Plenário desta Casa Legislativa a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de congratulações deste Poder Legislativo à Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de Curitiba pela inauguração de sua nova sede nesta Capital.

Caso aprovada a presente proposição, o proponente requer seja dada ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada à entidade homenageada, na pessoa do seu Diretor Regional Wilson José Andersen Ballão.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 4855

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária, do dia de hoje, de congratulações aos vereadores paranaenses pela passagem do Dia do Vereador, que ocorreu no último dia 1° de outubro.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Na estrutura democrática e na relação entre os Poderes, o Vereador desempenha um papel de suma importância. Cabe-lhe a missão de fiscalizar os atos do Poder Executivo e de legislar, criar leis que visem o progresso e o desenvolvimento do seu Município.

No entanto, o Vereador se desdobra em muitos outros papéis, na sua atuação como representante e defensor da comunidade que o elegeu. Sua missão vai muito além e não se restringe às prerrogativas da sua investidura.

As pessoas vivem no Município e, por isso, a sua primeira e mais direta relação com a coisa pública se processa na proximidade para com o Vereador. Assim, os anseios pessoais e coletivos são direcionados ao edil - o legítimo e mais presente representante do povo, pois é ele que vive o dia a dia com a sua comunidade.

Se for verdadeira a máxima de que: "Notável é quem faz além de suas obrigações", cumpre-nos homenagear a todos os Vereadores pelo seu dia que transformou no último dia 1° de outubro.

REQUERIMENTO N° 4856

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem requerer ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária, desta data, efusivas congratulações à Cooperativa Agrária Agroindustrial pela exemplar organização e condução da Festa da Cevada 2009, que aconteceu de 30 de setembro a 4 de outubro, na Colônia Vitória. Entre Rios.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado proponente solicita seja dada ciência da mesma à diretoria, cooperados e colaboradores, via correspondência a ser encaminhada ao Sr. Jorge Karl, Diretor-Presidente da Cooperativa Agrária Agroindustrial.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 4857

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem requerer ao Plenário desta Casa Legislativa a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje,

de congratulações e votos de ótimos resultados deste Poder Legislativo a Cooperativa Agrária Agroindustrial, de Entre Rios, no Município de Guarapuava.

Caso aprovada a presente proposição, o proponente requer seja dada ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada a diretoria, cooperados e colaboradores a Agrária, na pessoa do seu Diretor-Presidente Jorge Karl - Colônia Vitória - Entre Rios - Guarapuava/PR.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Com a presença de autoridades federais, estaduais e locais, junto com seus diretores, cooperados e colaboradores, a Cooperativa Agrária Agroindustrial inaugurou a ampliação da estrutura de sua maltaria (agromalte), na última sexta-feira, dia 02 de outubro, elevando com isso a capacidade de produção da unidade de 140 mil para 220 mil toneladas/ano.

Concebida dentro dos novos conceitos de modernidade e sustentabilidade, mediante um investimento de 164 milhões, a ampliação da capacidade produtiva faz da Agromalte a maior indústria de seu segmento no Brasil.

Dada sua importância para a expansão da geração de riquezas e para o desenvolvimento sócio-econômico, essa ampliação é profundamente significativa para o nosso Estado. E constitui um marco de excepcional relevo alcançado pela Agrária, essa cooperativa que é, indubitavelmente, uma das grandes glórias do cooperativismo paranaense.

Essa ampliação também reflete a alta capacidade empreendedora de seus cooperados, apesar da curta trajetória histórica que nos remete à década de 1950, conseguiram materializar um complexo produtivo invejável, resultado de sua exemplar dedicação e fé nos valores que iluminam o ser humano na busca de novos paradigmas de bem-estar.

Essa é a razão, Sr. Presidente e nobres Pares, para requerer as congratulações e votos de ótimos resultados a Cooperativa Agrária Agroindustrial.

REQUERIMENTO Nº 4859

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis envio de votos de congratulações ao centenário do Curitiba Foot Ball Club, a ser comemorado no dia 12 de outubro.

Cem anos: satisfação e orgulho não apenas para nós paranaenses, mas para todos os brasileiros apaixonados pelo futebol.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 4789

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Junior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações pela ampliação da Cooperativa Agrária Agroindustrial.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com 500 cooperados e 1 mil e 100 funcionários, a Agrária, estabelecida em 1951 por imigrantes suábios do Danúbio (população de origem alemã), reúne hoje alguns dos mais tecnificados produtores de cevada do País. Os associados da Cooperativa cultivam o cereal todos os anos (entre junho e final de outubro) com base em resultados de pesquisas que a Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária (FAPA) desenvolve para indicar as melhores condições de produção. No inverno de 2008, a cultura teve área de 22,8 mil hectares de cevada e produtividade em torno de 4,6 mil quilos por hectare, gerando uma safra de 106,9 mil toneladas. Além da maltaria, a Cooperativa possui também moinho de trigo, fábrica de rações e uma indústria de óleo de soja bruto e farelo de soja. As principais culturas de verão, entre os cooperados, são soja e milho.

Parabenizo a Cooperativa Agrária pela ampliação da maltaria que há quase três décadas a Agromalte é referência na produção de malte no Brasil. Graças a qualidade de seu produto, a dedicação de seus cooperados e colaboradores e o contínuo investimento em tecnologia a Agromalte se tornou suporte econômico e cultura de toda a região.

REQUERIMENTO Nº 4790

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, requer votos de louvor e congratulações à Maria Clara Cavalcante Bugarim.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Maria Clara Cavalcante Bugarim nasceu em União dos Palmares (AL), em 1963.

Ao longo de sua vida profissional, exerceu com excelência e brilhantismo cargos, até então, nunca exercidos por mulheres.

Formação:

* Bacharel em Ciências Contábeis.

* Bacharel em Administração de Empresas.

* Bacharel em Direito.

* Pós-Graduada em Auditoria.

* Pós-Graduada em Administração de Recursos Humanos.

* Mestre em Controladoria e Contabilidade - USP.

* Doutoranda em Engenharia e Gestão do Conhecimento - UFSC.

Experiência Profissional:

- * Ex-Auditora Geral do Estado de Alagoas.
- * Ex-Diretora Financeira do Instituto de Previdência do Estado de Alagoas - IPASEAL.
- * Ex-Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Alagoas - IPASEAL.
- * Ex-Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas - CRCAL.
- * Ex-Secretária de Assistência Social do Município de Santana do Mundaú - AL.
- * Ex-Técnica de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.
- * Ex-Diretora Administrativa da Cooperativa de Crédito dos Contabilistas do Estado de Alagoas - CONTCRED.
- * Ex-Presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade - FBC.
- * Ex-Conselheira Efetiva do Conselho Federal de Contabilidade - CFC (2002-2005).
- * Ex-Conselheira Fiscal do Banco do Estado de Alagoas.
- * Ex-Conselheira Fiscal da ALGAS - Companhia de Gás do Estado de Alagoas.
- * Ex-Conselheira Fiscal da SERGASA.
- * Empresária Contábil.
- * Assessora pedagógica e Professora da Universidade de Fortaleza - UNIFOR.
- * Presidente do Conselho Federal de Contabilidade CFC (2006-2007).
- * Membro do Grupo de Trabalho Intergovernamental de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Divulgação de Informações - ISAR.
- * Detentora da Comenda CRC/PI - Medalha de Honra ao Mérito Contador Pedro Tobias Duarte.
- * Detentora da Comenda CRC/RN - Medalha DRE - Demonstração de Resultados.
- * Detentora da Comenda CRC/TO - Medalha de Honra ao Mérito Contábil Tocantinense, honraria máxima, Contador Ivan Carlos Gatti.
- * Detentora da Comenda CRC/SP - Medalha Professor Hilário Franco.
- * Detentora da Comenda CRC/PA - Ordem Paraense do Mérito Contábil.
- * Detentora do Prêmio de Personalidade do Ano "Diana Cury" - Associação dos Contabilistas de São Carlos/SP.
- * Detentora do Título de Cidadã Honorária de Maceió/AL.
- * Detentora do Título de Cidadã Honorária de São Luís/MA.
- * Detentora do Título de Cidadã Honorária de Fortaleza/CE.
- * Detentora do Título de Cidadã Honorária do Estado de Paraíba.
- * Detentora da Comenda da Assembleia Legislativa de Goiás - Medalha de Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira.

* Detentora do Título Acadêmico de Imortal da Academia Brasileira de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais.

* Detentora do Título de Cidadã Norteriograndense.

* Detentora do Título de Cidadã Teresinense.

* Detentora do Título de Personalidade do Ano de 2007 - Federação dos Contabilistas de São Paulo.

* Detentora da Comenda Itamar Silva - Câmara Municipal do Espírito Santo.

* Detentora do Título de Cidadã Matogrossense.

* Detentora da Homenagem por Relevantes Serviços Prestados a Classe Contábil - Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro.

* Detentora da Homenagem por Relevantes Serviços Prestados a Classe Contábil - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

REQUERIMENTO N° 4846

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Dra. Eliane Lima de Sousa.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Dra. Eliane Lima de Sousa, que faz parte do corpo clínico da Clínica São João Batista onde põe em prática todos os seus conhecimentos à disposição dos pacientes, realizando seu trabalho com competência e dedicação, proporcionando eficácia no tratamento.

Utilizando-se do avanço tecnológico, demonstra a preocupação constante com a atualização dos tratamentos e o seu compromisso com as pessoas, dando-lhes conforto e qualidade com atendimento personalizado.

REQUERIMENTO N° 4847

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Pe. Sérgio Sviental Campos.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Pe. Sérgio Sviental Campos, Reitor do Santuário de Nossa Senhora do Rocio, em Paranaguá, dirigente deste local sagrado, para onde, por devoção, acorrem peregrinos de diversas regiões, aumentando suas responsabilidades como governante das palavras do êxodo 25:8 "E me farão um santuário para que possa habitar no meio deles".

Coordenador de ações sociais que beneficiam crianças, idosos e adolescentes, com apoio de voluntários, demonstra toda sua dedicação e amor ao próximo, na Igreja de Cristo, detentor na plenitude dos sete sacramentos e dos outros meios necessários para a salvação dados por Jesus à Igreja.

REQUERIMENTO N° 4848

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Rádio Chopinzinho.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Rádio Chopinzinho, estabelecida no Município de Chopinzinho, abrangendo além de sua sede os Municípios da região. Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que ao instalar-se na região, conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo, e neste ano completou trinta anos de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO N° 4849

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Edilson de Carvalho Viriato.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Edilson de Carvalho Viriato, formado pela Escola Superior de Música e Belas Artes do Paraná, tornou-se artista plástica, orientador e curador, com participação em vários salões, exposições individuais e coletivas, um jovem artista que se impõe como um dos mais importantes da sua geração, com fortes raízes nas tradições brasileiras.

REQUERIMENTO N° 4791

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER envio de moção de apoio e diploma de congratulações a Associação Norte Paranaense de Combate ao Câncer - Hospital João de Freitas, entidade filantrópica localizada no Município de Arapongas/PR, inscrita no CNPJ n° 04.169.712/0001-90 e portadora de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social sob n° 0215/05, pelos brilhantes serviços prestados à população paranaense desde dezembro de 1993.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Tem esta Moção o objetivo de prestar reconhecimento oficial aos trabalhos desenvolvidos pela Associação Norte Paranaense de Combate ao Câncer - Hospital João de Freitas, entidade filantrópica localizada no Município de Arapongas/PR, inscrita no CNPJ n° 04.169.712/0001-90 e portadora de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social sob n° 0215/05.

Fundada em dezembro de 1993, a Instituição conta com 220 leitos, atende pacientes procedentes de cerca de 120 Municípios e tornou-se centro de referência regional em Ortopedia, Neurologia, Cirurgia Vascular, Cirurgia Cardíaca e Cardiologia Intervencionista, Oncologia e urgência e emergência. Atualmente, o hospital está ampliando a área física do serviço, adquirindo equipamentos para melhorar a resolubilidade de diagnóstico.

Presidida pelo Sr. Carlos Cardoso Rosa, a instituição trabalha de forma exemplar em diversas especialidades médicas, dentre elas Angiologia e Cirurgia Vascular; Bucomaxilo; Cardiologia; Cabeça e Pescoço; Cirurgia Cardíaca; Cirurgia Geral; Cirurgia Infantil; Cirurgia Torácica/Pneumologia; Clínica Geral; Dermatologia; Endocrinologia; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Ginecologia/Obstetrícia; Infectologia; Nefrologia; Neurocirurgia; Neuropediatria; Nutrição; Oftalmologia; Oncologia; Ortopedia-traumatologia; Otorrinolaringologia; Pediatria; Psiquiatria; Psicologia; Radiologia; Reumatologia e Urologia.

Destaca-se ainda o fato da instituição desenvolver, já há alguns anos, atividades de diagnóstico e prevenção de doenças oncológicas. Recentemente, recebeu habilitação de Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON, concedido pelo Ministério da Saúde através da Portaria SAS n° 62 de 11/03/09, que possibilita atuar também no tratamento do câncer, tornando possível o grande e antigo desejo desta instituição.

REQUERIMENTO N° 4845

Senhor Presidente:

Em atendimento ao parágrafo 1° do artigo 133 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o envio de moção de aplauso em homenagem aos 97 anos de criação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, a realizar-se no próximo dia 08 de outubro do corrente.

Criado pela Lei n° 1133, de 23/05/12, esta importante instituição marca quase um século de prestação de serviços ao povo paranaense, sendo comemorado no dia 08 de outubro o qual marcou o início das atividades do Corpo de Bombeiros do Paraná, pela leitura da Ordem do Dia baixada pelo Maj. Fabriciano do Rego Barros, primeiro comandante da Corporação.

Em 1953 passou a denominar-se, Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, instituição que, através de seus relevantes serviços de prevenção e combate a incêndios, salvamentos, atendimentos em acidentes de trânsito, entre outros, merece o reconhecimento e votos de louvor do legislativo paranaense.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTO Nº 4860

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a confecção de 06 (seis) certificados de menção honrosa para personalidades que serão homenageadas na comemoração aos 150 anos da Igreja Presbiteriana no Brasil, durante Sessão Solene na Assembleia Legislativa à realizar-se no dia 08/10/09.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoiamento:

Dr. Batista, Luiz Carlos Martins, Felipe Lucas, Jocelito Canto, Douglas Fabrício e Francisco Bühler.

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação complementa o requerimento protocolado e aprovado pela Mesa Executiva de reserva do plenário para a realização da Sessão Solene. A presente homenagem justifica-se pelos relevantes serviços prestados pelos colaboradores e membros da Igreja Presbiteriana do Brasil à sociedade paranaense.

REQUERIMENTO Nº 4841

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER com fundamento no artigo 54, inciso XXXIII da Constituição Estadual, após ouvido o douto Plenário, seja procedida a convocação do Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Luiz Fernando Delazari, para prestar esclarecimentos sobre os índices de criminalidade no Estado e sobre os recentes episódios de violência registrados pela mídia no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Plauto Miró, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes e Elio Rusch.

REQUERIMENTO Nº 4850

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações para a Sra. Yvelise Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação, para informar o seguinte questionamento:

- Qual departamento da Secretaria de Estado da Educação que faz a avaliação dos conteúdos dos livros didáticos utilizados pela rede pública de ensino?

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 541/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Fundo Estadual de Combate ao tabagismo e Incentivo ao Combate ao Câncer - FUNTACC, com o objetivo de garantir maior qualidade de vida e da saúde pública dos paranaenses, diminuindo o número atual de fumantes reduzindo o impacto da nicotina nos fumantes passivos, evitando novos viciados em nicotina e viabilizando à população do Estado o acesso aos medicamentos oncológicos que extrapolem os valores previstos nas autorizações para alta complexidade - APAC.

§ 1º Os recursos do Fundo serão aplicados única e exclusivamente na aquisição, pelo Governo do Estado, de medicamentos oncológicos e na elaboração de programas de combate ao tabagismo.

§ 2º O Fundo será gerido pela Central de Medicamentos do Paraná - CEMEPAR, que será o responsável pela aquisição dos medicamentos oncológicos, ou órgão indicado pelo Poder Executivo.

§ 3º Somente serão contemplados os medicamentos que não possuam cobertura pelo atual sistema de reembolso do SUS - APAC e que estejam contemplados dentro dos protocolos clínicos estaduais.

§ 4º Os protocolos clínicos estaduais serão definidos por uma câmara técnica assim composta:

a) Dois oncologistas;

b) Dois hematologistas dos Centros de Alta Complexidade Oncológica - CACONS, presentes no Estado;

c) Dois representantes do CEMEPAR;

d) Pelo Secretário de Estado da Saúde;

e) Pelo Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 5º Os programas de combate ao tabagismo serão elaborados pela Comissão de Combate ao Tabagismo da Secretaria Estadual de Saúde em conjunto com o CEMEPAR.

a) O Poder Executivo através de órgão competente ou a seu critério indicará a composição dos integrantes da Comissão de Combate ao Tabagismo.

Art. 2º Constituem receitas do Fundo Estadual de Combate ao Tabagismo e Incentivo ao Combate ao Câncer:

I - O produto da arrecadação será o equivalente a 2% (dois por cento) da arrecadação bruta do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e

sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidentes sobre cigarros, cigarrilhas, charutos e derivados do tabaco.

II - Os valores arrecadados serão destinados, única e exclusivamente, à aquisição dos medicamentos oncológicos e para os programas antitabagismo da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

As listas de medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde e protocolos de usos das drogas são questionáveis e permitem contestações judiciais que busquem o financiamento de remédios não previstos no sistema público.

O Supremo Tribunal Federal (STF), avocou para si a responsabilidade de definir o destino de grande número de liminares que tem sido concedidas pelas instâncias inferiores da magistratura contra o Poder Público, obrigando-o a fornecer gratuitamente remédios de alto custo que não constam da lista do Sistema Único de Saúde (SUS), e abriu um precedente que terá, a partir de agora, de ser seguido por todos os tribunais do País. A “repercussão geral” é um mecanismo que permite à mais alta Corte do País agilizar o julgamento das chamadas “ações de massa” ou seja, dos processos que interessam a contingentes expressivos da população.

As autoridades municipais, estaduais e federais do setor de saúde vinham alegando que, pela legislação em vigor, elas são obrigadas a fornecer apenas os remédios previstos pela lista do SUS. Mas, baseando-se no artigo 196 da Constituição, que define a saúde como “direito de todos e dever do Estado”, promotores de Justiça e defensores públicos, com apoio de ONGs, vinham pedindo à Justiça liminares para obrigar o Poder Público a fornecer, regular e gratuitamente, remédios de última geração para doenças específicas e de tratamento prolongado como AIDS, esclerose múltipla, câncer e doença renal crônica.

Para as autoridades de saúde, ao acolher os recursos impetrados pelos Ministérios Públicos estaduais e pelas Defensorias Públicas, as instâncias inferiores da magistratura estariam desorganizando o planejamento e as finanças dos Municípios, dos Estados e até da própria União. Em São Paulo, por exemplo, onde tramitam mais de 25 mil ações, a Secretaria Estadual da Saúde gasta R\$ 25 milhões por mês para cumprir ordens judiciais de distribuições de medicamentos que não constam da lista do SUS. No Rio Grande do Sul, onde foram impetradas 4,5 mil novas ações só no primeiro semestre de 2008, o gasto é de R\$ 6,5 milhões mensais. Segundo o Ministério da Saúde, as diferentes instâncias governamentais já teriam destinado, este ano, R\$ 2 bilhões para cumprir liminares.

Reclamando do que chamam do “excesso de ativismo” de promotores e defensores públicos e de “judicialização da saúde”, as autoridades do setor também vinham afirmando que muitos dos remédios novos que são obrigadas a distribuir por determinação judicial custam muito caro, são comercializados somente no exterior e não foram registrados no Brasil por seus fabricantes. Segundo as autoridades da saúde, os medicamentos similares previstos pela lista do SUS, produzidos no País, sairiam mais baratos para os cofres públicos e teriam o mesmo efeito terapêutico. Refutando esse argumento, ONGs e entidades médicas alegam que a lista do SUS está sempre defasada e não acompanha a evolução da medicina.

Como a discussão envolve aspectos técnicos e interessa a toda a sociedade, o STF teve o cuidado de realizar Audiências Públicas. Foi a primeira vez que a Corte utilizou esses expedientes, previsto por lei, para balizar suas decisões. E, ao julgar o caso, ela decidiu contrariamente às pretensões das autoridades do setor de saúde. Para o STF, em outras palavras, as instâncias inferiores da magistratura podem continuar concedendo liminares para obrigar o Poder Público a fornecer medicamentos que não constam da lista do SUS. Mas, para evitar abusos, a Corte enfatizou que, quem recorrer à Justiça, terá de demonstrar a “ineficácia ou impropriedade”, dos remédios fornecidos pelo SUS. “A Corte teve bom senso. Claro que a prioridade é a política do SUS, sempre que não for comprovada a eficácia do tratamento solicitado”, diz o defensor público da União Leonardo Mattar. Melhor assim, afirmou Mário Scheffer, conselheiro do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde.

A decisão do STF já produziu efeito. Assim que foi divulgada, o Ministério da Saúde comunicou que, até dezembro, atualizará protocolos referentes a 83 doenças. A iniciativa mostra que o órgão finalmente descobriu que sai muito mais barato manter a lista do SUS atualizada do que ter de arcar com gastos para cumprir decisões judiciais.

Isto posto, solicito aos nobres Pares desta Casa de Leis o pleno apoio à matéria aqui proposta, haja vista sua relevante importância na área da saúde em prol da comunidade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 542/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto do Bem-Estar Ebenezer - IBESE, com sede e foro no Município de São Jorge do Patrocínio.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Instituto do Bem-Estar Ebenezer - IBESE, com sede e foro no Município de São Jorge do Patrocínio, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade melhorar a qualidade de vida de seus associados em geral, defendendo-os, organizando-os e desenvolvendo trabalho gratuitamente benefícios alcançados junto aos órgãos municipais, estaduais e federais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 543/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatória a presença de profissionais de psicologia nas equipes das instituições públicas e privadas de ensino fundamental e médio, no Estado do Paraná.

§ 1º O Psicólogo terá como função o acompanhamento dos alunos na escola integrado ao trabalho de uma equipe multidisciplinar já existente nas escolas.

§ 2º Cada Instituição de Ensino fundamental e médio no Estado do Paraná contará com ao menos um psicólogo em sua equipe.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, designando o órgão responsável pela fiscalização e aplicação de penalidades caso ocorra o seu descumprimento.

Art. 3º A implementação da presente lei se dará gradativamente no prazo máximo de 5 anos.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Os problemas sociais que afligem as famílias brasileiras estão a cada dia que passa mais inseridos no contexto escolar. Da mesma maneira que boa parte das famílias tem dificuldades em lidar com esses problemas, assim também ocorre com as instituições de ensino. Nem sempre os professores estão preparados para agir em situações conflitantes, que escapam do processo ensino-aprendizagem no qual estão inseridos.

Nesse sentido, a inclusão de um psicólogo na vida escolar é para contribuir de maneira singular e concreta no sistema escolar. As escolas representam uma força admirável na sociedade, estando abaixo somente da família para influenciar as pessoas podendo, portanto exercer um poder de persuasão na formação do indivíduo.

Ainda assim, a escola passa por grandes problemas, visto que nem sempre consegue acompanhar o ritmo das mudanças que ocorrem no âmbito local, regional e universal. O psicólogo aparece então para contribuir na resolução destes problemas e de outros, a fim de possibilitar a melhoria da interação do indivíduo na comunidade. O psicólogo escolar pode ajudar o aluno a compreender as mudanças e, por isso tem um papel de intermediário no aperfeiçoamento da educação.

Cabe ao psicólogo desenvolver recursos como observação direta, entrevistas, aconselhamentos, testes psicológicos; os quais lhe facilitam adquirir as informações necessárias para montar o diagnóstico e o laudo para a escola e para o aluno.

Além disso, o profissional pode desenvolver um trabalho com os próprios professores, contribuindo para que eles estejam cada vez mais fortalecidos e instrumentalizados para uma atuação de qualidade.

Inseridos no processo ensino-aprendizagem os psicólogos podem auxiliar o educador no convívio das relações grupais, nas relações de equipe e na construção da turma enquanto grupo; ajudar o educando a refletir sobre sua família para melhor compreender a dinâmica familiar de seus alunos e novo perfil familiar; ajudar o educador a refletir e conhecer sobre o desenvolvimento humano e os processos ensino/aprendizagem; desenvolver trabalhos de orientação vocacional e profissional com os alunos; desenvolver trabalho de relações grupais para que as equipes da escola possa cada dia melhorar suas relações interpessoais.

Só a escola, a educação, é capaz de mudar a realidade do ser humano. Em função disso, o presente projeto visa de forma simples multiplicar a cumplicidade da família e equilibrar o comportamento dos estudantes, além de manter uma interação entre escola, alunos e profissionais da educação.

Considerando que a Constituição Federal estabelece no seu artigo 24 inciso IX que legislar sobre educação é competência concorrente da União, dos Estados e dos Municípios e propondo a melhoria na qualidade do ensino é que esta Deputada solicita o apoio de todos os Parlamentares na aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 544/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatória a presença de nutricionistas nas equipes das instituições públicas e privadas de ensino fundamental e médio, no Estado do Paraná.

§ 1º O nutricionista terá como funções a elaboração de cardápios para as refeições escolares, o controle de qualidade no armazenamento, no preparo e no consumo dos alimentos.

§ 2º Cabe ao profissional de nutrição a elaboração e supervisão de programas de educação alimentar voltados à realidade de cada escola.

Art. 2º Cada instituição de ensino fundamental e médio no Estado do Paraná contará com ao menos um nutricionista em sua equipe.

§ 1º Cada nutricionista atenderá no máximo 3 mil alunos, sendo facultado aos municípios que não atingirem este teto, atuarem em consórcio para a contratação do profissional. A soma dos Municípios em consórcio não poderá ultrapassar em 50% (cinquenta por cento) ao teto estabelecido.

§ 2º Na elaboração dos cardápios, sempre que possível, o profissional dará preferência para alimentos provenientes da agricultura familiar, produzidos na região em que a escola se encontra.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, designando o órgão responsável pela fiscalização e aplicação de penalidades caso ocorra o seu descumprimento.

Art. 4º A implantação da presente lei se dará gradativamente no prazo máximo de 5 anos.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A escola desempenha um papel fundamental na formação de qualquer ser humano, tanto cultural quanto intelectualmente, além de interferir positivamente na construção do caráter e dos valores éticos que levam à constituição da cidadania. Além desse papel primário torna-se premente, nesse momento, que a escola se preocupe também com a saúde e a qualidade de vida de seus alunos, nada mais correto, então, do que fornecer alimentação escolar com qualidade.

Para muitas crianças, a alimentação escolar é a única refeição que farão durante o dia, por isso, é de extrema importância que o alimento consumido atenda, ao máximo, as demandas nutricionais. Nesse sentido, o papel do nutricionista é fundamental nos programas de educação alimentar nas escolas, para prevenir a desnutrição, causada pela falta de alimento; ou a obesidade, provocada pelo consumo inadequado de alimentos; e os demais problemas nutricionais da comunidade escolar.

Um profissional de nutrição inserido no ambiente escolar tem acesso facilitado à realidade dos alunos, pode acompanhar a necessidade de cada um e realizar um trabalho individualizado, colaborando na melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Afinal, uma criança ou um adolescente bem alimentado assimilam de maneira mais simples e fácil o conhecimento exposto na sala de aula.

De acordo com a nova legislação, o FNDE propõe que, ao menos uma parte da alimentação escolar seja proveniente da agricultura familiar. Essa proposta repercute um novo procedimento para a elaboração da merenda diariamente, uma vez que alimentos frescos chegam à escola e precisam ser incorporados ao cardápio. Para que essa cadeia de produção e consumo seja respeitada e realmente aconteça é necessário que as pessoas envolvidas na elaboração das refeições saibam realmente o que fazer e como aproveitar melhor cada alimento, por isso, a importância de um nutricionista que elabore cardápios e acompanhe o manuseio, a armazenagem, o preparo e o consumo de uma alimentação balanceada.

Como Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional e preocupada com a segurança alimentar esta Parlamentar considera que não basta termos quantidade, precisamos de qualidade na alimentação escolar e a presença de nutricionistas nas escolas nos deixa em condições de darmos um salto de qualidade na alimentação escolar que é oferecida à nossas crianças e adolescentes, garantindo alimentação balanceada e incutindo desde já hábitos saudáveis de alimentação.

Considerando que a Constituição Federal estabelece no seu artigo 24 inciso IX que legislar sobre educação é competência concorrente da União, dos Estados e dos Municípios e pensando na qualidade da alimentação escolar e consequente qualidade do ensino é que esta Deputada solicita o apoio de todos os Parlamentares ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 545/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Determina que os convênios firmados entre os Poderes Executivos do Estado e dos Municípios, ao remeterem recursos para a construção e reformas de parques, praças e outros locais que tem por objeto oferecer à prática de esportes e lazer, deverão prever a colocação de brinquedos e equipamentos desenvolvidos para utilização de pessoas de todas as idades, portadoras de necessidades especiais.

Art. 2º O Poder Executivo Estadual deverá fornecer assessoria técnica, através das secretarias especializadas, para elaboração dos projetos e adequada instalação dos brinquedos e equipamentos que dispõem o artigo 1º do presente projeto.

Art. 3º É facultado ao Poder Executivo a celebração de novos convênios com a finalidade específica de instalação de brinquedos e equipamentos desenvolvido para utilização por pessoas de todas as idades, portadoras de necessidades especiais, nas praças, parques e outros locais públicos já existentes, destinados à prática de esportes e lazer.

Art. 4º Os brinquedos e equipamentos apresentados na presente lei deverão ser sinalizados, delimitando sua finalidade de serem adaptados para a integração dos portadores de necessidades especiais.

Art. 5º Os projetos de parques, praças e outros locais públicos, realizados através de convênios com o Poder Executivo, destinados a prática de atividades de esporte e lazer, deverão ter acesso especial para cadeirantes.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

As pessoas portadoras de deficiências físicas têm o direito de usufruir das praças e dos parques para exercer as atividades que lhe permitem. Principalmente as crianças portadoras de deficiência, diversas vezes se sentem excluídas, uma vez que os parques, praças não oferecem brinquedos, nem materiais para os deficientes.

A necessidade de oferecer lazer ao deficiente físico se dá pela necessidade de oferecer a todas as pessoas um direito fundamental, lazer. Independente do Estado físico de qualquer pessoa, todos tem o direito de ter acesso aos parques, as praças, e de usufruir daquilo que o Estado, os Municípios propõem como atividade de lazer.

tanto o deficiente físico quanto qualquer pessoa tem direito a lazer, e, portanto deve ser oferecida a toda população do Estado do Paraná, independente de qualquer diferença.

Diante do exposto e da extrema importância do assunto em tela, requer-se o devido apoio e a consequente aprovação da presente proposta.

PROJETO DE LEI Nº 546/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído que os hospitais públicos do Estado do Paraná devem possibilitar curso de residência para disponibilizar aos concluintes do curso de Medicina, a possibilidade de cursarem residência médica.

Art. 2º Fica delimitado que todos os hospitais regionais do Estado devem incluir em seu quadro de funcionários um médico orientador, que lecionará quanto à coordenação do curso de residência.

Art. 3º Esta lei poderá ser regulamentada para garantir sua execução.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A residência médica foi instituída no Brasil pelo Decreto nº 80281, de 05/09/77 e, conforme dispõem o Ministério da Educação, funciona como uma pós graduação destinada a médicos, que funciona como um curso de especialização, que deve ser ministrada em instituições de saúde, sob a orientação de profissionais médicos com uma boa qualificação profissional, não esquecendo da necessidade do caráter ético deste médico professor.

Reforçamos a importância de oferecer o curso de residência em todos os hospitais do Estado, aja visto que grande parte dos médicos que obtêm a graduação não consegue passar na residência e acabam tentando em outros Estados, e em alguns casos saindo do Paraná.

Essa falta de médicos acaba causando um problema na área da Saúde, uma vez que cada vez faltam profissionais da área médica em nosso Estado e o sistema de saúde funciona com menos eficácia.

Oferecer o curso de residência médica em todos os hospitais regionais do Estado possibilita uma maior qualificação daquele profissional que se forma, melhorando a qualidade da saúde em nosso Estado.

Diante do exposto e da extrema importância do assunto em tela, requer-se o devido apoio e a consequente aprovação da presente proposta.

PROJETO DE LEI Nº 547/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o registro e divulgação dos índices de violência praticados contra a mulher no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Consideram-se, para efeitos desta lei, violência contra a mulher os delitos estabelecidos na legislação penal praticados contra a mulher e, em especial, os dispostos nos artigos 5º e 7º da Lei Federal nº 11340, de 07/08/06 (Lei Maria da Penha).

Art. 2º A Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná publicará, semestralmente e organizados por região, disponibilizando para consulta, os seguintes dados sobre violência praticada contra a mulher no Estado do Paraná:

I - número de ocorrências registradas pelas Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná, por tipo de delito;

II - número de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil, por tipo de delito;

III - número de inquéritos policiais encaminhados ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.

Parágrafo Único. A Secretaria de Estado da Segurança Pública poderá, além dos números dispostos no *caput*, divulgar outros números e dados que venham a ajudar e colaborar no cumprimento desta lei.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Segurança Pública poderá firmar termos de convênios e parcerias com demais órgãos públicos para o fiel cumprimento desta lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/10/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

São indiscutíveis os avanços conquistados pela humanidade nas áreas da saúde, educação, tecnologia, direitos sociais e políticos, nos últimos anos. No entanto, a histórica e cultural desigualdade entre homens e mulheres, apesar das conquistas femininas em vários campos, perdura ainda em pleno século XXI.

Muito embora os avanços, a violência é, ainda, a forma encontrada por muitos homens, para resolver os conflitos resultantes do sentimento de posse e domínio que nutrem sobre as mulheres.

Pesquisas nacionais e internacionais apontam que as mulheres são as maiores vítimas da violência dentro da própria casa. Os dados são assustadores. Segundo dados da Anistia Internacional do ano de 2004, mais de um bilhão de mulheres no mundo (uma a cada três) foram espancadas, forçadas a manterem relações sexuais ou sofreram outro tipo de abuso, quase sempre cometido por alguém muito próximo, amigo ou parente.

Segundo a Sociedade Mundial de Vitimologia (IVW) ligada ao Governo da Holanda e à ONU, o Brasil é o País que mais sofre com violência doméstica: 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas a este tipo de violência.

A Constituição Federal, ao tratar da especial proteção à família, que é base da sociedade, estabeleceu em seu artigo 266, parágrafo 8º: *O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.*

Sensíveis a este problema, os legisladores pátrios estão verificando a necessidade de maior erradicação, prevenção e punição da violência praticada contra a mulher.

Essa necessidade foi objeto da Lei Federal nº 11340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha que é, hoje, um dos mais importantes instrumentos de enfrentamento e prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil.

Esta norma prevê medidas inéditas de proteção às vítimas que vão, desde a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física junto à mulher agredida e filhos, até o direito da mulher a reaver seus bens e cancelar procurações conferidas ao agressor, além de possibilitar a prisão em flagrante ou preventiva do agressor.

No entanto, embora a competência para legislar sobre matéria criminal seja da União Federal, não podemos nós, no âmbito do Estado do Paraná, nos furtar de debater e de tentarmos melhorar a legislação não na parte criminal, mas sim com dados, números e índices que possam ajudar às nossas polícias no combate e prevenção da criminalidade e, ainda, para a criação de políticas públicas neste sentido.

Uma das maiores dificuldades encontradas para o enfrentamento e combate da violência praticada contra a mulher é a falta de dados, números e índices sobre sua ocorrência.

Além disso, o acesso a dados confiáveis e periódicos sobre a prática criminal e a sua distribuição geográfica e temporal ajudará, também, na avaliação das políticas públicas para combater, prevenir e, ainda, para criar campanhas de esclarecimento ao cidadão.

A divulgação desses dados servirá ainda, para dar maior visibilidade ao problema e facilitará a participação popular, não somente cobrando do Estado suas obrigações, mas também, sugerindo ações baseadas em informações precisas.

Esse é um dos importantes desafios da atualidade e o objetivo desse projeto é contribuir para o desenvolvimento de ações que previnam, punam, erradiquem e combatam a violência praticada contra a mulher.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente propositura.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vejo no jornal O Paraná, que tem gente morrendo que poderia estar vivo. Se no hospital tiver o remédio, tiver UTI, tiver um centro cirúrgico para operar, a pessoa poderá ter mais 10, 15, 20, 30 anos mais de vida. Agora vendo porque está morrendo tanta gente. Porque o Paraná está investindo muito pouco na área da Saúde. Está aqui no jornal: *Dezoito Estados investem mais que o Paraná em Saúde*. Alô, Governador Roberto Requião, para salvar vidas, garantir a saúde do nosso povo, têm 18 Estados investindo muito mais em Saúde que o Estado do Paraná. Aí é aquela correria, gente morrendo na porta do hospital, gente morrendo dentro de ambulância. É preciso o Governo aplicar mais o dinheiro do imposto na área de Saúde.

Tenho aqui o e-mail do Sr. Josué, agradecendo o apoio à PEC do subsídio da Polícia Militar. Também o e-mail de outro militar, o Sr. Sandro de Lara, querendo saber como está a votação do subsídio dos militares.

Bom, já tem 26 assinaturas, precisamos de 33 assinaturas para aprovar.

Do Sr. Roberto Mendes, mandando elogio. Muito obrigado, não precisa me elogiar, porque é a nossa obrigação defender os direitos dos policiais.

Do Jair Miguel, mandando elogio e fala também do problema da esposa que não está podendo pagar a faculdade. Os Deputados Estaduais não têm mais verba para bolsa de estudos. Os Deputados Federais e Senadores têm. Vou fazer um apelo para que algum Deputado ou Senador atenda aquele aluno que não pode pagar a mensalidade na faculdade.

Um e-mail da Sra. Tereza Cristina Camargo, de Londrina; o do Sr. Odair Carlos: *Foi somente a Assembleia falar da abusividade do pedágio, que as concessionárias mostraram porquê vieram. Veja bem, antes de vocês se manifestarem a respeito, veículos de carga vazios com um eixo suspenso, não era cobrado o pedágio daquele eixo. Como está em andamento um possível pedido de prestação de contas a eles, agora estão mostrando sua força e estão cobrando até os eixos de caminhão erguido, sem carga, o que não era feito até a data do manifesto dessa Casa de Leis. Isso demonstra que eles são abusados, Deputado Belinati. Se não pegar firme aí, a Assembleia vai passar vergonha. Abraços.*

Ele está certo, foi começarmos a criticar que a tarifa do pedágio está cara e agora as concessionárias estão assaltando, metendo a mão no dinheiro do povo, cobrando até de caminhão vazio. É um absurdo! José Silva, é do Litoral, um cidadão paranaense que merece respeito, ele diz, aqui: *Uma boa-tarde, Deputado Belinati. Antes não tinha muita simpatia por sua pessoa, agora sou seu fã. Gostaria, se pudesse, fazer uma lei para quando o alvará de vistoria dos bombeiros fosse revalidado, tivesse um desconto no seu pagamento, no seu preço, na revalidação da vistoria dos bombeiros daqueles imóveis onde não aconteceu nenhum sinistro na área privada.*

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Então, está aqui uma ideia interessante. Alô, Comandante da Polícia Militar; alô Comandante do Corpo de Bombeiros. Essa sugestão do José Silva Gracia é interessante: se não houve sinistro no imóvel e vai fazer a vistoria para revalidar o alvará, dá um desconto bom, sim. Acho que é um estímulo, é um incentivo para as pessoas cuidarem bem dos seus imóveis, para verem se a instalação elétrica está boa, se não está boa. Gostei. Vou entrar com um projeto. Espero que a bancada do Requião aprove o nosso projeto: não aconteceu incêndio, não aconteceu nenhum sinistro, vai revalidar o alvará, vamos dar um desconto aos paranaenses.

Está visitando a Assembleia Legislativa o apresentador de televisão de Londrina, o Devanil Reginaldo da Silva, popularmente conhecido como Cobra.

Ele apresenta um programa de televisão na CNT chamado Cobra Repórter 190, que vai ao ar de segunda a sexta, na CNT, das 13 às 14h. O Cobra está pagando um preço caro por defender o povo do Paraná dos bandidos, dos traficantes de drogas, por defender o direito que o povo tem de ter tranquilidade, paz, de não ser assaltado na rua, não ser violentado, não ser assassinado, porque em Londrina já mataram o Pastor dentro da igreja, já assaltaram Padre rezando a missa, já mataram rapaz na porta de casa quando estava lavando o carro. É uma violência que nunca houve e que aliás, está geral.

Aqui em Curitiba, que coisa absurda! Curitiba saiu no mundo inteiro! De sábado para domingo mataram oito, de uma vez, aqui no bairro Uberaba. Onde vamos parar com tanta violência? Bandidinhos, pivetes, de 13, 14, 15 anos, um revólver, dois revólveres na cintura e matam, parece, pelo prazer de escutar o estampido. E depois vem a notícia na TV ou no jornal. E se a notícia do crime não saiu do jeito que eles querem, eles matam mais um, matam mais dois. Não querem saber se estão matando crianças, idosos, jovens, pais de família, se estão matando quem quer viver, ou quem não tem nada a ver com o crime.

Então, O Cobra é um profissional de raça, de garra, que tem esse programa na CNT.

Presidente Nelson Justus, este profissional está aqui hoje, nos visitando e está com uma bala. Ele levou um tiro, apresenta o programa na TV, combate os bandidos, os traficantes, e o que aconteceu? Quando ele estava chegando à sua casa, em Rolândia, no sábado, se não me engano dia 28 de setembro, por volta das 10h da noite, deram 10 tiros. Segundo o delegado, seriam dois ou três menores juntos, dois já foram apreendidos; os adultos deram no pé, fugiram. Deputado Nelson Justus, está aí o profissional da TV, está nas galerias, está com uma bala alojada. Saiu do programa de televisão, em Londrina, e foi vítima porque os bandidos acham que o apresentador em que mandar flores para eles, não pode falar mal dos bandidos, caso contrário corre risco de vida.

Meu caro Cobra, continue defendendo o nosso povo, porque está faltando gente para defender o povo e tem bandido aí que está muito mais armado, melhor armado que a própria Polícia e infernizando, gerando uma violência que ultrapassa aquela que é suportável pelo povo do nosso Paraná.

Esta Casa, a Assembleia Legislativa, que é do povo, recebe nas suas galerias vendedoras e vendedores ambulantes, que trabalham, alguns há mais de 20 anos, vendendo lanche defronte ao Terminal Central de Transporte Coletivo de Londrina. Eles foram carinhosamente muito bem recebidos pelo Líder do Governo, Deputado Romanelli, e expuseram seu desabafo.

O atual prefeito de Londrina, que apoiamos, assinou um documento como candidato, dizendo que se fosse eleito Prefeito iria melhorar a condição de trabalho dos vendedores ambulantes que trabalham no terminal, debaixo de sol, de chuva, com forte calor ou frio, às vezes

indisposto. Porque se ele não for trabalhar ou ir à luta, ele não leva o pão para casa, para a sua família. O trabalho deles é abençoado. Eles vivem com o fruto do suor do seu trabalho.

Agora, o Barbosa Neto está anunciando um aumento violento no IPTU da população de Londrina. Haverá pessoas que não vão ter condições de pagar esse aumento. Ele prometeu que iria devolver o dinheiro que foi descontado quando os servidores municipais fizeram uma greve para reivindicar seus direitos, e o então Prefeito Nédson Micheleti descontou do salário os dias parados. Na época o candidato Barbosa Neto assinou um documento que devolveria o dinheiro descontado, mas depois que tomou posse no cargo de Prefeito não cumpriu com esse compromisso.

Temos o problema do imposto. A primeira medida do Barbosa Neto foi aumentar a passagem de ônibus. Digo que se ele falasse antes, que se eleito iria primeiramente aumentar a passagem de ônibus, perseguir os vendedores ambulantes e aumentar de maneira violenta o IPTU de Londrina, com o meu apoio ele não seria Prefeito.

(Aplausos)

Paranaenses que nos acompanham através da Rede MERCOSUL e também pela TV SINAL, está o documento com firma reconhecida, onde o então candidato assinou um compromisso que iria valorizar os ambulantes. Eles são bons, ficaram contentes e ajudaram o Barbosa. Como da mesma maneira, a maioria que o elegeu, que é o povo que anda de ônibus, bicicleta ou moto, e às vezes não têm dinheiro para pagar uma passagem, essas pessoas estão sendo altamente prejudicadas.

Fiz vários pronunciamentos em Londrina a esse respeito. Agora, a Prefeitura administrada pelo Barbosa Neto está anunciando que vai usar a Polícia para perseguir. Mas perseguir quem? Os traficantes de drogas, os tarados, os assaltantes? Não nada disso. A Prefeitura está anunciando que usará a força policial para tirar, na violência, na força, na marra, esses trabalhadores.

Nenhum político terá o meu apoio, em nenhuma parte do mundo, se perseguir trabalhador. Meu Deus do Céu! Esse povo que está lá gostaria de ser dono de um Mc Donald, de uma Pizza Hut, de um grande restaurante ou estabelecimento comercial. Eles enfrentam todos os tipos de problemas e de alegrias também. O Brasil vive uma crise social e o Barbosa quer proibir esse povo de trabalhar. Onde eles vão arranjar emprego, um, outro sustento? Esse tipo de perseguição jamais terá o nosso apoio.

O Prefeito tem que ser um paizão, um ombro amigo da classe trabalhadora. Ele tem que ser aquela pessoa que confiamos, que depositamos a esperança, inclusive pelo voto, e que quando precisamos podemos contar com o Prefeito, com o Deputado, com o Vereador, com a autoridade, mas jamais uma autoridade receber o voto

popular, assinar um documento que seria um amigo, que faria de tudo para ainda melhorar a condição de vida, e agora vem anunciando que quer usar a Polícia contra esses trabalhadores.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero cumprimentar V. Exa. por esta defesa veemente, importante e me colocar também na defesa de cada trabalhador, de cada trabalhadora de Londrina que luta para defender o seu pão de cada dia.

V. Exa. tem toda razão. É a exclusão que levou muitos brasileiros à informalidade, a lutar pela sobrevivência.

Então, quero parabenizar a luta de cada trabalhador, cada trabalhadora que está aqui, e pedir ao Deputado, nós também fazemos um apelo, junto com V. Exa., ao Prefeito Barbosa Neto, que também, se soubéssemos disso, não tínhamos dado apoio à eleição dele em Londrina.

Que ele retire esta perseguição aos trabalhadores de Londrina.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Parabéns.

Para concluir, Presidente Nelson Justus, deixo um apelo ao Governador Roberto Requião: Governador, não atenda o pedido do Barbosa Neto para colocar Polícia contra trabalhador. A nossa expectativa e nossa esperança é de que o senhor haverá de entender que esse é um povo bom, trabalhador, que não pode ser perseguido por Prefeito, por nenhuma autoridade, e que a Polícia jamais deve ser utilizada contra esse povo.

Estaremos aqui para defender os ambulantes de Londrina e todos os trabalhadores do nosso Paraná. Contem com o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Fernando Scanavaca.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT)

O SR. FERNANDO SCANAVACA

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Foi encerrada, na última sexta-feira, em Umuarama, a fase final dos Jogos da Juventude do Paraná, a maior competição esportiva do Estado.

Participaram 97 Municípios, o que levou para a Cidade um contingente de cerca de 6 mil pessoas, entre atletas, técnicos, dirigentes e árbitros.

Quero ressaltar, neste momento, alguns aspectos relacionados com a realização desse evento. No ano passado, a antiga administração abriu mão de sediar a fase final dos Jogos da Juventude, alegando falta de recursos.

O atual Prefeito, Moacir Silva, teve o desprendimento de, já no seu primeiro ano de mandato, assumir a responsabilidade de realizar a competição em Umuarama. E para garantir uma recepção digna às delegações das Cidades participantes, a Prefeitura investiu recursos próprios de considerável monta para recuperar as praças esportivas.

Ao sediar os Jogos da Juventude, Umuarama busca muito mais do que apenas viver em um momento especial nos esportes. Faz parte do projeto de Governo do Prefeito Moacir Silva fazer do esporte uma arma no combate ao consumo e tráfico de drogas, à criminalidade e à violência.

Como milhares de crianças, adolescentes e jovens compareceram, durante 10 dias, aos locais de competição, é de se esperar que aumente o interesse pelo esporte, e a Prefeitura tem estrutura para abrigar essas faixas da população nas diversas modalidades, através de programas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. O que se quer é oferecer às crianças, aos adolescentes e aos jovens, a oportunidade de ter uma vida sadia e, ao mesmo tempo, afastá-los dos perigos da delinquência que bate às portas das nossas casas cada vez de forma mais ameaçadora e impune.

Desta forma, utilizo esta tribuna para dar os parabéns a Umuarama, por ter sediado com tanto sucesso os Jogos da Juventude. Não esquecendo de agradecer, em nome da administração, o apoio da Paraná Esporte, indispensável para o êxito alcançado nessa realização.”

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos prestigia nesta tarde.

Quero, ao iniciar a minha fala, Sr. Presidente, fazer aqui dois registros: primeiramente gostaria de registrar que já é público o conhecimento, no Paraná, do falecimento de uma grande figura da Cidade de Londrina, Dona Guiomar Moreira, esposa do ex-Prefeito de Londrina Wilson Moreira, constituinte e que com certeza marcou uma história na Cidade de Londrina. Hoje o Paraná tem uma perda irreparável, portanto quero fazer este registro e ao tempo em que faço o registro solicitar à Mesa para que encaminhe aos familiares de Dona Guiomar os votos de condolências em nome do Parlamento Estadual. Ela, ao lado do seu esposo, Wilson Moreira, escreveram uma história maravilhosa no Estado do Paraná. Por essa razão deixo aqui, como Líder do PSDB, uma vez que pertencerem aos quadros do PSDB esse registro em nome da Assembleia Legislativa do Estado.

Da mesma forma quero também anunciar, e já é de público conhecimento do Paraná, e dar as boas vindas ao

Deputado Mauro Moraes, ao PSDB desse Estado, que vem para somar-se a esta nova caminhada que estamos construindo ao lado de inúmeros companheiros neste Estado, buscando a perspectiva da possibilidade de uma candidatura alicerçada no PSDB aqui no Estado, bem como no Governo Federal. Tenho certeza que o Deputado Mauro Moraes ingressa ao PSDB com o perfil daquilo que estamos buscando para o Estado do Paraná. Portanto, cumprimentamos o Deputado Mauro Moraes: seja bem-vindo ao PSDB, e com certeza vamos buscar construir este projeto juntos aqui no Estado.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero usar a Tribuna nesta tarde com a mesma empolgação que sempre fiz em outros pronunciamentos, mas com uma preocupação ainda muito maior em função do que vivenciamos neste último final de semana aqui na Capital do Estado, com a chacina que aconteceu num dos bairros da Capital paranaense e que se tornou notícia nacional em todo o Brasil. Isto, na verdade, veio ao encontro de todos os outros pronunciamentos já feitos nesta Casa por inúmeros Deputados Estaduais que vêm alertando o Estado do Paraná e seus governantes da preocupação que estamos tendo com relação à Segurança deste Estado, ou melhor dizendo, com a insegurança dos paranaenses. É algo realmente lamentável, é um incidente, é um fato que nos enxovalha, nos deixa uma situação como um dos Estados que sempre priorizou, que sempre pintou no Brasil como um dos melhores Estados em termos de Segurança, principalmente a nossa Capital.

É importante que façamos aqui uma consideração, muitas vezes até o cidadão que está nos ouvindo poderá perguntar: “Ora, mas a Segurança na Capital do Estado não é de responsabilidade da Administração Municipal?” Não, a responsabilidade e o compromisso de zelar pela Segurança do Estado e da Capital é do Governo, porque está inserido na Constituição como dever e obrigação do Estado proteger o cidadão paranaense. E o que estamos presenciando aqui no Estado do Paraná é, na verdade, um desgoverno com relação ao tema Segurança neste Estado.

Deputado Nereu Moura, V. Exa. que é da Região Sudoeste, Oeste, sabe perfeitamente do que estou falando, estamos diante de uma situação caótica, diante de uma crise sem precedentes na Segurança do Estado do Paraná. Não ficamos apenas ao espaço da Capital, das grandes Cidades.

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Quero, ao continuar a minha fala, Deputado Augustinho Zucchi, V. Exa. que é um Deputado muito bem votado na Cidade de Ampére, seu companheiro Élio Alves, Presidente da AMSOP, promoveu nesse final de semana, na Cidade de Ampére, um encontro das lideranças do Municípios de Santa Isabel, Ampére, Realeza, enfim, dos Municípios que fazem parte da área de abrangência da Comarca de Realeza. E qual foi o tema, Deputado Douglas Fabrício,

V. Exa. que sempre usa essa tribuna para fazer vários pronunciamentos em defesa da segurança da sua região, qual foi o tema abordado nesse Município?

Aqui temos uma foto que traz o Delegado da Cidade de Realeza, o Delegado de Francisco Beltrão, Juiz de Direito da Comarca de Realeza e inúmeras outras lideranças preocupados com a questão da Segurança no Sudoeste do Paraná. Falta de policiais, falta de escrivães. Os senhores delegados e as lideranças dizem: “É humilhante termos que falar sobre isso, queremos zelar pela segurança, mas não temos efetivo, não temos escrivães, não temos investigadores de Polícia, as viaturas para que elas possam trafegar na região, dependem do recurso, da gasolina fornecida pelos Prefeitos municipais.”

Portanto, é algo que nos envergonha, nós não precisaríamos estar aqui nesta tribuna para debater. Porque ao tempo em que vimos denunciar, trazer o problema, parece que os Deputados de Oposição querem apenas fazer o ataque, a crítica pela crítica, ao Governo do Paraná. Pelo contrário, estamos trazendo uma problemática que não é apenas da região onde eu vivo, mas é do Paraná como um todo. A insegurança permeia neste Estado, e não podemos mais conviver com isso. É chegado o momento de agirmos, o Governo tem que se fazer presente, tem que agir imediatamente, sob pena de comprometermos a vida dos paranaenses como um todo.

Ora, Srs. Deputados, o que ocorreu aqui na Capital, a chacina, fecharam o bairro. É uma vergonha, fecharam o bairro e aí matam-se todos que veem pela frente. E onde está a presença do Estado no sentido de proteger a sociedade, a nossa família? Não existe a presença do Estado!

Por isso, não podemos nos calar, temos que vir aqui sempre. E os paranaenses que nos ouvem, através dos canais de TV, saibam do que estamos falando. Porque por onde se anda neste Estado, percebe-se essa preocupação. O medo está instalado no Estado do Paraná, porque a Segurança neste Estado deixa muito a desejar.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento. V. Exa. está trazendo um assunto, como já se referiu, que não é novidade. Mas não nos cansamos de cobrar aqui na Assembleia Legislativa melhorias na Segurança Pública. V. Exa., juntamente conosco e com outros, aprovamos um orçamento maior, mais dinheiro para a Segurança Pública para ser investido neste ano. Ouço notícias, como V. Exa. está confirmando aí, que os Prefeitos precisam ser parceiros para colocar gasolina no carro dos policiais, das viaturas para poderem circular.

Eu acabo de assinar aqui um requerimento protocolando a convocação do Secretário da Segurança nesta Casa, iniciativa do Deputado Valdir Rossoni a qual também assinei juntamente com outros Deputados, sei que V. Exa. também vai assinar, vamos aproveitar e pedir o voto de todos os Deputados para aprovar a convocação do Secretário aqui na Assembleia Legislativa, para que

venha conversar com os Deputados. Porque não podemos imaginar que ficamos aqui discursando, o Secretário fica lá sentado naquela cadeira bela e formosa, e o povo nas ruas se matando. É obrigação nossa cobrar que resolva, ajude a resolver o problema da Segurança e que o Governo do Estado fique atento a isso.

Esse fato lamentável que aconteceu aqui em Curitiba infelizmente tem acontecido todos os finais de semana aí pelo Paraná afora, no momento de matar nove, 10 pessoas de uma vez só. Mas sabe quantas pessoas são assassinadas a cada mês nos Municípios do Paraná? Infelizmente, esta área da Segurança Pública está deixando muito a desejar pelo Governo do Estado.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Deputado Douglas, agradeço a sua manifestação, sei que ela é extremamente valiosa ao nosso pronunciamento. V. Exa. tem sido também um dos grandes defensores deste Estado na tribuna deste Parlamento.

Quero conceder o aparte ao Deputado Plauto, com o maior prazer, acho que o tema é palpitante, é importante a participação de todos os Parlamentares na defesa daquilo que eu considero ser o nosso maior patrimônio, a segurança dos paranaenses.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Deputado Traiano, ouço com atenção e com preocupação, vejo os jornais, o seu pronunciamento traz tudo isso que aconteceu na Capital do Estado referente à chacina do Uberaba, com oito mortos: homens, mulheres e crianças. Uma criança de colo foi assassinada em um local aonde a guerra do tráfico de drogas toma conta, onde querem impor a vontade deles, traficantes, proibindo a população de sair às ruas do bairro. O resultado de tudo isso foi a chacina que lá aconteceu.

Mas pior é que vemos quando há uma tragédia, uma chacina como essa os representantes da área da Segurança Pública vem a público tentar trazer uma resposta. Mas na verdade, a resposta não acontece, fica nos jornais, fica na imprensa registrado, mas de concreto não tem uma ação por parte da Secretaria da Segurança Pública. Tem que agir, porque a criminalidade está tomando conta das ruas, das Cidades do nosso Estado do Paraná. Cabe ao Governador Roberto Requião resolver o problema da Segurança, é uma obrigação do Estado resolver tudo aquilo que diz respeito à Segurança Pública.

Apóio o seu pronunciamento, assinei aqui uma convocação do Secretário da Segurança Pública, para que venha conversar, dialogar.

Periodicamente, Deputado Traiano, trago as preocupações dos moradores de Ponta Grossa, da região dos Campos Gerais e encaminho à Secretaria da Segurança. É falta de estrutura, é falta de policiais, de um contingente maior da Polícia Militar, da Polícia Civil. Temos feito tudo aquilo que nos cabe, alertar e trazer a preocupação

daqueles que representamos, mas infelizmente a Segurança Pública não é prioridade do Governo do Estado do Paraná. Enquanto não for prioridade, veremos tudo aquilo que no dia a dia a imprensa traz, que os nossos companheiros eleitores nos trazem de que o crime aumenta e que está chegando a um ponto insustentável, por todos nós paranaenses.

Esperamos uma resposta. Esperamos que o Secretário venha à Assembleia conversar conosco, para levar daqui informações importantes.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Nada mais justo, Deputado Plauto, que o Secretário venha aqui mesmo, nada de reunião fechada. Vamos fazer num ambiente aberto, para que os questionamentos possam acontecer, porque esta coisa de vir à Assembleia e dizer que os temas são preocupantes e que não podemos discutir abertamente...

Ora, vidas e vidas sendo ceifadas. Pessoas indefesas sendo tombadas, mortas, e ação muitas vezes nem chega. Quando chega, chega tarde. Temos que prevenir e agir imediatamente.

Vejo o Deputado Artagão chegar à Casa, e não o faria se não estivesse presente, gostaria de fazer uma pergunta, até para lhe proteger, Deputado Artagão, porque ouvi notícias na mídia dizendo que num evento na Cooperativa Agrária o Prefeito Beto Richa foi barrado, impossibilitado compor a Mesa, numa alusão de que essa teria sido uma decisão do Governador. E não quero imputar essa decisão a ele e nem a V. Exa., porque sei que V. Exa. é uma pessoa de boa índole, mas é importante que façamos um reparo desse episódio, porque entendo que mesmo sendo inimigo político, investido de um cargo, todo e qualquer homem público tem que estar presente, respeitando o espaço e a individualidade, respeitando o cargo em que está investido.

Acho isso um gesto indelicado, que pega mal, queira ou não, e gostaria de ouvir V. Exa. sem querer condená-lo. O Paraná tem que saber de quem partiu essa decisão.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Gostaria de agradecer essa oportunidade, porque também ouvi e vi notícias com essa característica. Não houve qualquer tipo de restrição ou deliberação nesse sentido, ainda mais da parte do Deputado Artagão Júnior. Quem dera estivesse no nível de poder escolher quem compõe a Mesa de autoridades de um evento da iniciativa privada, como estava sendo o evento da Cooperativa Agrária Mista Entre Rios em Guarapuava. Um evento muito bem sucedido, investimento de 150 milhões feito por aquela empresa.

Houve um mal entendido, houve uma divulgação de uma notícia um pouco distorcida, que de fato não aconteceu, o Governador Roberto Requião não se manifestou em momento algum, de forma oficial ou de forma oficiosa,

nesse sentido. O que houve, sim, em um determinado momento, foi uma informação distorcida de que o Governador não estaria mais indo ao Município de Guarapuava, pela participação efetiva do Prefeito Beto Richa naquele evento. Conversei com o Governador naquela oportunidade, na sexta-feira, esclarecendo que o Prefeito Beto Richa estaria lá numa outra agenda, com o partido, com Vereadores, inclusive com o convite do Deputado Cezar Silvestri, que é da Bancada do PPS, mas que estaria acompanhando o Prefeito na Cidade de Guarapuava e que, em função dessa agenda, até porque acredito que o Prefeito não estaria se deslocando ao Município de Guarapuava para um evento na sexta-feira, num horário de expediente, mas em função dessa agenda que ele tinha com os membros do partido, com Vereadores do PSDB, ele estaria aproveitando para visitar esse evento da Cooperativa Agrária.

Tudo o mais que foi colocado na imprensa já foi um pouco potencializado, já foi aumentado. De fato e de concreto, essa informação não pode ser confirmada que houve uma restrição absoluta e que houve uma manifestação do Governador, no sentido de que ele não poderia estar compondo a Mesa.

O Governador perguntou e eu fiz essa pergunta: quem estaria naquele evento e quem estaria participando? Naturalmente lá esteve o Governador, todos os que lá estiveram, como os dois Senadores, os Deputados Federais fizeram parte da Mesa e os Deputados Estaduais, eu que represento aquela Cidade, o Deputado Stephanes Júnior, o Deputado Elio Rusch, lá estiveram e não fizeram parte da Mesa, porque existia um número de autoridades bastante significativa e nem todas poderiam estar fazendo parte da Mesa.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Ouvindo a manifestação do Deputado Artagão de uma forma elegante que explicou, vou conceder o aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Só queria colocar que o Prefeito, na verdade, se deslocou de Guarapuava para o evento. Nem foi para a agenda com Vereadores e com Prefeitos. Claro que em chegando a Guarapuava, por volta das 11h, ele almoçou e depois se deslocou para o local do evento, de uma grande indústria construída no Paraná, a maior da América Latina. E na verdade, todos eram convidados lá. O Prefeito Beto Richa foi convidado pela Agrária, todos os Parlamentares foram convidados pela Agrária. E quem queria estar presente, estava presente.

A grande verdade, a informação que nos chega de forma oficial, é a de que a V. Exa. teria levado um recado ao cerimonial de que se o Prefeito Beto Richa sentasse, compusesse a Mesa, o Governador não iria à inauguração. É esta a dúvida que fica no ar e que não ficou explicada.

Muito obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado, Deputado. Agradeço sua intervenção e realmente esta informação que tivemos e obtivemos desta determinação de barrar a participação do Prefeito Beto Richa, e que na minha visão, Srs. Deputados, temos que ter a grandeza de compreender, nós Parlamentares representamos os segmentos mais diversos da sociedade paranaense e os representantes políticos, os Parlamentares da região, se fizeram presentes, estavam no plenário. Mas, o convite partiu da Agrária e o Prefeito Beto Richa é Prefeito de uma Capital. Entendo que o tratamento deve ser diferenciado. Não há como não distingui-lo.

Por esta razão, queremos deixar registrada nossa indignação. Espero e tenho convicção de que não tenha partido da Agrária, porque ela é bem superior a tudo isso, não se envolve em questões políticas. Tenho minha leitura e por esta razão é oportuno que os paranaenses tenham conhecimento deste fato.

Não queremos polemizar, mas a verdade tem que vir à tona. Não quero imputar a V. Exa uma condenação prévia. Tenho certeza de que V. Exa. é um Deputado de uma fidalguia extraordinária.

Deputado Luiz Claudio Romanelli, V. Exa. me olha com um olhar irônico - melhor a palavra indagação - perdoe minha expressão, talvez esteja falando de forma errada.

Mas, vou permitir, para encerrar, ao Deputado Artagão Mattos Leão, um aparte. E com a maior tranquilidade lhe dou o minuto que resta para que encerre, e não vou pedir nenhum minuto para poder encerrar meu pronunciamento. Me dou por satisfeito e V. Exa. pode encerrar sua participação.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Agradeço mais uma vez. É evidente que o Deputado Valdir Rossoni me conhece, sabe que não sou garoto de recados. E quando precisou, enfrentei nas tribunas, colocando as palavras que precisavam ser colocadas, com todos os respeitos que precisam ser sempre observados nesta Casa. É evidente que é importante esclarecer uma coisa: bem colocou o Deputado Valdir Rossoni, todos eram convidados. Agora, para que não fique dúvida neste processo, o Prefeito Beto Richa ainda é Prefeito da Capital. E como Prefeito, ele lá estava representado pelo Prefeito e Guarapuava, que estava compondo a Mesa. Nenhum outro Prefeito foi chamado, muito embora lá estivessem outros Prefeitos. Ao que eu saiba, o Prefeito Beto Richa pretende ser candidato ao Governo, mas ainda não é Governador. E não sendo Governador, como prefeito, representado estava pelo Prefeito da Cidade de Guarapuava. Assim como estavam representados os Deputados Federais, Senadores, e assim como os três Deputados Estaduais que lá estiveram, eu, o Deputado Elio Rusch e o Deputado Stephanes Júnior, também ficamos fora da Mesa, pelo nível e pela quantidade de autoridades que lá estavam.

Então, que fique claro, objetivamente que nem motivo haveria para qualquer tipo de objeção maior, porque o Prefeito Beto Richa ainda não é o Governador do Estado do Paraná e certamente um dia, se o for, terá, com toda a certeza, o direito reservado na Mesa de autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Traiano, V. Exa. vai usar os outros cinco minutos do horário da Oposição?

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Não.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Então, se o Deputado Romanelli conceder o tempo do PMDB, não há problema.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É muito tempo para discutir futricas e intrigas.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Então, V. Exa. se manifesta depois, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sinceramente, não é possível perdemos tanto tempo para falarmos sobre futricas.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o Deputado Mauro Moraes, do PMDB.

Deputado Mauro Moraes (PMDB)**O SR. MAURO MORAES**

Sr. Presidente, demais membros da Mesa.

Antes de mais nada, gostaria de agradecer às elogiosas palavras de boas-vindas formuladas a meu favor pelo Líder do meu Partido atualmente, o PSDB. Dizer que deixo o PMDB sem rancor ou mágoas, porque se de um lado eu me sentia perseguido por uma diminuta minoria de Parlamentares que se julgam donos do partido, tenho que registrar também que a grande maioria era amigos, amigos de ontem, de hoje e que, com certeza, serão meus amigos para sempre.

Gostaria de frisar nesta tribuna a questão da violência no Uberaba, no final de semana. Venho alertando há muitos e muitos anos sobre a escalada do crime em nosso Estado. O Secretário deu entrevista dizendo que a população está com uma sensação de insegurança, mas não é sensação, não, e sim uma realidade. O caos em termos de Segurança tomou conta não só da grande Curitiba, mas de todo o Estado do Paraná, e fui exatamente substituído na Comissão de Justiça, e *a posteriori*, na Comissão de Segurança, exatamente porque eu realizava Seminários, Audiências Públicas, Simpósios e Palestras para mostrar essa realidade a toda a população do Paraná.

Isso porque acredito piamente que nesse caos em que nos encontramos, somente a mobilização da população é que vai ajudar o Governo a tomar providências imediatas e fazer investimentos maiores na Segurança do nosso Estado.

Portanto, não é uma sensação, mas é a realidade nua, crua e cruel que se alastra por todo o Estado do Paraná, onde pessoas são vitimadas, em cada hora há um assassinato. Nós temos, infelizmente, hoje, somente na Região Metropolitana de Curitiba, a cada quatro horas um assassinato. Não dá mais para conviver com essa inversão de valores, onde a população de bem está aterrorizada e amedrontada, construindo a sua própria prisão, eletrificando os seus muros, erguendo os seus muros e colocando grades nas janelas e portas, enquanto a bandidagem transita livremente pelas ruas de nossa Cidade, pelos nossos parques, bosques e jardinetes. Não dá mais para suportar.

Nós estamos, através do Movimento Curitiba Sem Violência, e do Paraná Sem Violência, organizando uma grande passeata, onde pretendemos levar mais de 20 mil pessoas e entregar ao Sr. Governador do Estado e o Sr. Secretário da Segurança um abaixo-assinado, contendo mais de 100 mil assinaturas, para que se tome providências imediatas em termos de Segurança no Estado do Paraná. A situação é insuportável, não dá mais para não tomarmos nenhuma providência, não podemos fechar os olhos e calar a nossa voz. Temos que juntos, todos os Poderes, Legislativo, Judiciário e Executivo, de mãos dadas, lado a lado, ombro a ombro, serrar uma verdadeira cruzada contra essa escalada desenfreada e horripilante que está acontecendo em todo o Estado do Paraná em termos de falta de Segurança.

Mais uma vez eu faço questão de frisar: não é somente a sensação, é a realidade, nua e crua, que estamos vivendo e vivenciando em todo o Estado do Paraná. Temos que tomar providências, contratar urgentemente mais policiais militares e civis, aumentar o salário dos nossos policiais, que infelizmente não recebem nem os R\$ 400 do PRONASCI a que têm direito, e que significaria um aumento de 25% em suas miseráveis folhas de pagamento. Precisamos comprar mais viaturas para a Polícia Militar e para a Polícia Civil, precisamos trazer de volta os módulos policiais para os bairros da nossa Capital e nas grandes Cidades do interior.

Quero registrar aqui que essa desgraça que aconteceu lá no Uberaba poderia ser evitada, porque a ousadia da bandidagem que passeou no bairro durante todo o dia, dizendo que aquilo era um toque de recolher, que a população não poderia, em hipótese alguma, sair à noite, o que tinha que ser feito? O Secretário da Segurança tinha que destacar para o lugar um regimento da Polícia Civil ou Militar, mas alguém tinha que estar presente, porque se os bandidos estavam anunciando a tragédia a princípio, e na hora da desgraça, não existia policiais naquela localidade, depois sim, depois do ocorrido centenas e centenas de policiais se espalharam pelo bairro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado V. Exa.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri, do PT.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu ouvi o Deputado Mauro Moraes falando sobre a tragédia que aconteceu em Curitiba. Acredito que a hora é, sim, de reflexão.

Agora, Deputado Mauro Moraes, quero colocar uma situação aqui, o Deputado Strapasson não está aqui no plenário, mas eu e o Deputado Strapasson estamos discutindo já há alguns dias.

Aqui nesta tribuna eu já falei a respeito da situação que aconteceu em Colombo, na semana passada, que foi na realidade um processo, Deputado Péricles, já havíamos comentado sobre aqueles cinco jovens que haviam morrido, segundo a Polícia, num confronto com a Polícia. Entretanto, na semana que passou, na segunda ou terça-feira, aconteceu uma situação mais grave e mais séria, que na realidade, Deputado Mauro Moraes, é outra face de uma mesma moeda que V. Exa. vem aqui e relata, que é a violência urbana, violência entre gangues, a violência feita de forma descontrolada, que foi o caso que dois rapazes passaram numa das ruas mais movimentadas de Colombo, a RONE fez sinal para que eles parassem, não pararam e a RONE fez uma perseguição a esses dois rapazes. Estavam numa moto, um deles não conseguiu fugir, caiu com a moto, e após cair saiu da motocicleta, 9h da noite, a Polícia fez essa perseguição em meio a população, atirando, 9h da noite essa pessoa saiu da moto, ajoelhou-se, colocou as mãos na cabeça, e o policial, segundo testemunhas, encostou o pé no peito e deu dois tiros nessa pessoa e executou.

Um outro que estava junto, que não tinha antecedentes criminais, que seu pai é comerciante em Colombo, correu para a pizzaria, porque a motocicleta era do dono da pizzaria, foi alvejado na barriga. A Polícia entrou na pizzaria, retirou esse rapaz de 19 anos de dentro da pizzaria, deu mais um tiro nele. O SIATE chegou. Houve uma manifestação de populares que cercaram os carros da RONE. Houve um policial da RONE que começou a atirar para cima e depois ao chão, há pessoas que receberam estilhaços nas pernas. Posteriormente o SIATE conduziu essa pessoa ferida, quando chegou no viaduto do Bacacheri a RONE parou o SIATE, fez todo o procedimento de saber quem era, para onde estava indo, a mãe desse menino quis ir junto, e segundo testemunhas foi dito a ela que mãe de vagabundo não chega perto de filho. Ficaram 15 minutos até que esse rapaz entrasse em óbito.

Conversei com o Dr. Olympio na quinta-feira à noite, ele já determinou que a GAECO acompanhe esse caso específico, aliás o Secretário da Segurança já havia feito isso.

Por que estou trazendo isso? Porque há uma preocupação, sim, com a violência. Agora, há uma escalada de violência, inclusive oficial. Isso é extremamente grave. Tão grave quanto os bandidos que fizeram a chacina de sábado à noite. É o policiamento sendo utilizado para não prender, mas para executar pessoas. Isso, sem dúvida alguma, o Secretário da Segurança Pública, o Governador Roberto Requião, o Ministério Público estão atentos.

Esse caso de Colombo tem que ter um procedimento exemplar. Não é possível que pessoas que não cometeram absolutamente nenhum delito, por estarem sendo consideradas suspeitas sejam, às 9h da noite, numa rua com grande movimento, em frente ao ponto de ônibus, executadas. Claro que o Comando da Polícia Militar terá suas explicações. Não dá para pensar que isso é coisa de periferia, colocar como se fosse de uma forma menor. Até porque os bandidos, de fato, que promoveram a chacina não são aqueles que estão sendo executados. Esses que foram, a mãe desse menino virá a esta Casa, porque ela viu seu filho ser baleado.

É preciso que a Polícia tome uma atitude. A maioria absoluta da Polícia é composta por bons policiais. É preciso que se reconheça que eles têm uma profissão difícil que, muitas vezes, com poucos recursos, com pouco salário, contra um sistema extremamente perverso, colocam suas vias em risco. Agora, os maus policiais, assim como todos aqueles que são maus policiais, têm que ser banidos da vida pública.

Espero que tenhamos casos como esse sendo motivo de punição, mas de punição exemplar. Não podemos ter dois pesos e duas medidas. Quando acontecer crime feito por bandidos, de fato a reação é uma; quando acontecem crimes feitos por outro tipo, muitas vezes de marginais, a colocação é outra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Sras. Deputados.

Na verdade, o relato do Deputado Tadeu Veneri é estonteante, é uma coisa chocante. Eu já havia subido a esta tribuna para falar do caso do assassinato, da morte, de cinco jovens pela Polícia Militar do Estado do Paraná, no Alto da Glória. Depois o Deputado Tadeu Veneri alertou para dados estatísticos que a cada 24 horas um jovem morre assassinado pela Polícia Militar do Estado do Paraná. E agora esse caso de Colombo.

Acho que esta Casa tem que produzir alguma coisa, temos a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Segurança Pública, e tem que fazer uma fiscalização rigorosa sobre essa questão da Polícia Militar

assassinando pessoas dessa forma. Todos sabem que a Polícia tem muitas maneiras de perseguir um motoqueiro com alguém na garupa, que foge para não parar para a Polícia, não precisa sair atirando.

Então, realmente foi uma coisa estonteante e a Assembleia Legislativa tem que se preocupar com mais profundidade com essas graves questões da Região Metropolitana de Curitiba.

Claro que a Segurança Pública é, talvez, uma síntese da sociedade, o espelho do que acontece na sociedade. Um País com tanta desigualdade, tanta concentração de renda, uma ideologia consumista desenfreada. São muitas questões que estão por trás desses acontecimentos, a questão do tráfico. Mas essa questão deve ser tratada com profundidade, é só grandes programas sociais, fortalecimento da Polícia, qualificação profissional, educação, pesquisa científica, o problema também das penitenciárias é que vai solucionar, principalmente diminuir as graves questões da Segurança no Brasil.

Temos um exemplo que deve ser seguido no mundo inteiro, que é o da Colômbia, Bogotá. Uma Capital extremamente violenta, e por ações urbanísticas e de ciclovias, a presença muito forte do Estado na periferia, programas educacionais, Polícia Científica, a análise da violência, reduziu-se muito o número de assassinatos em Bogotá. Então, paradigmas como esse devem servir de exemplo para um País de periferia, para um País como o Brasil.

Subi à tribuna hoje para falar, em primeiro lugar, sobre esse grande momento do País, que é o fato do Rio de Janeiro ter sido escolhido para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, mas o relato do Deputado Tadeu Veneri me chocou profundamente. Acho que neste momento em que o Brasil todo comemora essa decisão, e essa decisão tem causas, é o momento excepcional que vive o Brasil, um Governo respeitado mundialmente. O País está crescendo, nem a crise mundial abalou os alicerces da economia brasileira, e crescendo com programas sociais, como o Bolsa-Família, uma revolução educacional, o Paraná recebeu quatro universidades, cursos profissionalizantes, educação infantil, o PAC.

Estivemos juntos com o Ministro Paulo Bernardo, na Transbrasiliana, sexta-feira, junto com o Senador Osmar Dias, assinando ordem de serviço para fazer uma transposição da Rodovia do Café, recurso de milhões de reais. Só no Paraná mais de 44 mil casas do Programa Minha Casa Minha Vida. Já se atingiu a meta do Governo Federal, vai se ultrapassar em muito essa meta. Muitas coisas acontecendo: a inserção do Brasil no mundo.

Então, essa escolha não foi uma coisa fortuita, é fruto de todo um processo que está acontecendo da inserção do Brasil no mundo e do respeito que a comunidade internacional tem pelo Governo brasileiro e entendendo as mudanças profundas que acontecem na sociedade brasileira: primeiro a Copa do Mundo e agora os Jogos Olímpicos.

Acho que devemos aproveitar os grandes investimentos que acontecerão pela Copa do Mundo, inclusive em Cidades como Curitiba, e pelos Jogos Olímpicos, principalmente no Rio de Janeiro, para que haja um planejamento rigoroso buscando, nessas intervenções de infraestrutura, ações fortes e de diminuir a problemática da violência, aumentar a Segurança.

O Rio de Janeiro tem grandes ações no transporte coletivo, grandes ações na Segurança Pública, na urbanização de favelas, e deve ser articulado esse momento tão bom para diminuir e combater essa grande chaga que ainda é muito forte dentro do Brasil, que é a questão da Segurança Pública.

Mas, ao mesmo tempo em que fico estarecido com o relato do Deputado Tadeu Veneri, coloco a minha preocupação, cobrando de todos nós para que tomemos posições duras e firmes. Ao mesmo tempo em que temos que agir com relação a essas coisas chocantes, inclusive por parte da Polícia, com o assassinato de jovens. Devemos refletir com mais profundidade sobre esse momento que o Brasil vive e utilizar esse momento bom para tentar superar essa chaga nacional, que é a questão Segurança e da violência.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo à tribuna nesta tarde, principalmente, para alertar a situação em que se encontram as empresas moageiras de soja, em Ponta Grossa. Essa Cidade esteve presente em todos os momentos da industrialização brasileira. Um dos momentos muito fortes foi o da agroindustrialização, na década de 70. O Prefeito que governou a Cidade no começo dessa década, Ciro Martins, é conhecido pela marca de industrialização de Ponta Grossa, naquele momento histórico, trazendo grandes empresas da agroalimentação. Nessa década, Ponta Grossa ficou famosa pelo Concurso Rainha da Soja e passou a ser um dos maiores complexos do Brasil e do mundo com relação à moagem da soja.

Hoje, esse complexo comercial passa por uma série de problemas. O Sindicato dos Trabalhadores fez um alerta grave nos jornais da Cidade. Tenho aqui o Jornal da Manhã, de sexta-feira, de 02 de outubro de 2009, onde Jorge Luiz, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Moageiras de Óleos Alimentícios de Soja da Cidade de Ponta Grossa, alerta que a situação das indústrias moageiras dessa Cidade é muito grave. Segundo ele, todas as cinco indústrias do ramo localizadas na Cidade estão com uma capacidade produtiva muito abaixo do normal, colocando em risco mais de 1,5 mil empregos diretos e 4 mil indiretos do setor.

Acabei de receber um telefonema do nosso companheiro Pitela, alertando que a Bunge acaba de fechar as suas portas hoje, demitindo todos os seus trabalhadores.

Estive reunido, na sexta-feira, depois que tivemos um encontro em Tibagi com o Senador Osmar Dias, e o

Ministro Paulo Bernardo, na empresa FGS, com o engenheiro Ricardo e também com o diretor de outra empresa, ENSOL, o Otávio, que me passaram uma série de coisas alarmantes. Hoje temos empresas que estão paradas, o que vai chocar gravemente a situação do emprego da nossa região. Temos que fazer alguma coisa.

Esses técnicos e diretores das empresas explicavam toda a grave situação internacional. Primeiro, o centro do moagem de soja, de produção de óleo de Ponta Grossa, questões internas de guerra fiscal e locais. O engenheiro Ricardo falou sobre o pedágio, que afeta grandemente o transporte. Por exemplo, para sair de Ponta Grossa até o porto de Paranaguá, paga-se vários pedágios, e caros. Ele falou dos eixos suspensos, que estamos lutando, aqui, que é um crime em relação ao povo paranaense. Mas as empresas do Mato Grosso e de Goiás, à questão da guerra fiscal, receberam uma série de benefícios dos seus Estados em relação ao ICMS.

Essa questão logística fez com que as empresas de Ponta Grossa perdessem a concorrência interna para o mercado interno, tendo que dedicar e utilizar o seu produto, para a venda no mercado internacional. Passamos a ser principalmente um centro de exportação de óleo de soja. Neste momento elas passam a enfrentar um problema: toda a produção de soja é deslocada em grãos, vendida bruta para o mundo inteiro, China e outros Países, que começam a fazer também a transformação de soja. As empresas de Ponta Grossa passam a ter algumas dificuldades na relação do câmbio, preço da soja e do seu produto, no mercado internacional, trazendo uma série de dificuldades para essas empresas.

A conclusão que esses técnicos chegaram na nossa conversa, é que precisam do socorro do Estado do Paraná. É uma das alternativas que o engenheiro Ricardo colocou, também o Dr. Otávio, foi de que apesar de eles terem o crédito do ICMS, eles não conseguem realizar o crédito. É uma ficção. Eles não conseguem trocar esses créditos e acabam sofrendo prejuízo. E a única alternativa que eles veem é de que possam trocar o crédito tributário por contas públicas.

Então, se eles puderem pagar com os créditos tributários a conta de luz da COPEL, a conta de gás, a conta de água, eles terão grandes benefícios e talvez possam superar esta crise que está acontecendo neste momento.

Então, eu fiquei responsável por trazer este assunto a Assembleia e convidar também os demais Deputados de Ponta Grossa, e aqui faço o convite aos Deputados Jocelito, Plauto, Marcelo, para que possamos promover uma audiência, inicialmente com o Secretário da Indústria e Comércio do Paraná, e depois, inicialmente com o Secretário da Indústria e Comércio do Paraná, e depois o Secretário de Finanças, ver se este pleito que as empresas estão trazendo pode ser aceito pelo Governo do Estado do Paraná.

Tenho certeza que este pleito vai unir todas as forças de Ponta Grossa, já que a nossa obrigação, nosso papel é preservar o emprego do povo de Ponta Grossa e

da região dos Campos Gerais, mesmo até pelo valor simbólico, além do valor de geração de emprego, geração de divisa para Ponta Grossa, o valor simbólico na história da Cidade, a identidade local que tem essa empresa tão importante para a vida da nossa Cidade.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Péricles, queria exatamente tocar neste tema hoje, também fui procurado pela entidade que V. Exa. cita, realmente existe uma preocupação muito grande em relação a este momento, o desemprego é preocupante, V. Exa. começou o seu discurso falando em violência e a violência só ocorre por falta de trabalho. Quando se tem trabalho, tem-se pessoas com menos condições de praticarem os atos que levam à violência. Então, acho que o maior inibidor da violência é a geração de emprego.

Quero dizer a V. Exa. que já recebi também este apelo e acho que tem que haver esse imediato contato com o Secretário Virgílio, na sequência com o próprio Governador. É preciso buscar uma solução para não se perder esses empregos. Agora há pouco o Laroca me ligava lá da Agência do Trabalhador, preocupado, passando esta informação que a Bunge realmente encerrou hoje e isto é preocupante para nós, é muito preocupante.

E quero, junto com V. Exa., com os demais companheiros e junto com as autoridades de Ponta Grossa, lutar para que possamos fazer alguma coisa, porque quando se perde 200 empregos diretos, pode-se dizer que se perde mais 500 indiretos.

Então, isto é muito ruim e precisamos trabalhar para gerar emprego e não para perder emprego.

Então, sugiro que V. Exa. marque uma audiência com o Secretário da Indústria e Comércio, com o Governador, precisamos tratar deste assunto com rapidez, para evitar ainda mais o número de desempregados lá em Ponta Grossa. Já estamos vivendo a fase do: “É proibido vender no calçadão”, os vendedores ambulantes estão sendo retirados...

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Terminal, terminal também.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. fez o terminal, aqueles bares, aquelas lanchonetes que servem o povo e que agora vão ser retiradas também, já vão ser retiradas de lá.

E uma terceira notícia, na sequência vem uma outra obra sua que vai ser retirada que é o paraguaizinho. V. Exa. pode marcar aí na agenda que também vai ser retirado lá de Ponta Grossa.

É a era: “Acabar com quem trabalha”.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Péricles, com atenção ouço, o senhor traz a preocupação e nos somamos a ela. Várias lideranças nos procuraram, representantes do segmento, trazendo à tona a preocupação.

A verdade é uma: hoje o Mato Grosso e o Tocantins acabam atraindo esses investimentos de indústrias moageiras de soja. É uma questão tributária que está aí e a Bunge parou, 200 empregos diretos, tem a Dreifos, uma grande indústria moageira, a Cargill, e todas elas vão a passos largos, Deputado Péricles, no mesmo caminho, o caminho de demitir os seus funcionários, fazendo com que o seu parque moageiro mude-se para o Mato Grosso e para o Tocantins.

Então, alguma coisa tem que ser feita. Discutir, buscar uma solução, e cabe ao Governador do Estado do Paraná, e também aqui quero salientar, o Secretário da Indústria e Comércio que tem que agir.

Estou me somando ao pronunciamento e devemos trazer, através de uma Audiência Pública, aqui para a Assembleia, a discussão. Vamos discutir, somos em quatro Deputados de Ponta Grossa, que está sendo diretamente atingida e afetada, temos que agir e conte com o nosso apoio.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Péricles, serei muito breve porque o tempo se esgotou, para dizer que eu me somo ao seu pronunciamento, temos que nos unir, os quatro Parlamentares, acho que a ideia é importante. Essa notícia é terrível não somente para Ponta Grossa, mas para todo o Estado do Paraná, muito preocupante, e acho que neste momento a união política em prol dessa reivindicação é extremamente importante. Pode contar com o meu apoio, realmente me preocupo demais com as repercussões negativas dessa notícia triste para Ponta Grossa.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado, Deputados Plauto, Jocelito, Marcelo, vamos unir forças a favor do povo ponta-grossense, marcando uma Audiência Pública e procurando uma solução o mais depressa possível.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Grande expediente, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna nesta tarde para contar aos Srs. Deputados e à população do Paraná o evento que participei hoje pela manhã na Cidade de Londrina, ao lado do nosso

Senador Osmar Dias, ao lado dos Deputados Federais Ratinho Júnior, Ricardo Barros, Takayama e outros Deputados Federais. O Deputado Cheida lá estava junto conosco. Talvez tenha sido hoje o maior evento já acontecido em termos de representação política, em termos de liberação de recursos para o Município de Londrina. Nosso Prefeito, Barbosa Neto, com a sua esposa Ana Flora, estavam muito, mas muitíssimo felizes, porque receberam, nada mais nada menos do que quatro Ministros de Estado na Cidade de Londrina, receberam a Presidente da Caixa Econômica Federal, lá estava a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, lá estava esse grande Ministro paranaense, Paulo Bernardo. Eu até falava hoje para o Ministro Paulo Bernardo, se ele ainda não é Cidadão Honorário do Paraná acho esta Casa tem que fazê-lo, porque tem orgulhado a todos nós paranaense com a liberação de recursos importantes, independentemente de partido político. Sempre está a presença do Ministro Paulo Bernardo em Brasília, colaborando com o Governo do Estado do Paraná, colaborando com os nossos Municípios.

Deputado Jonas, atendendo vossa solicitação quero poder explicar à população do Paraná o quanto foi importante, hoje, o Ministro das Cidades estar presente em Londrina, o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, também para alegria do nosso grande Prefeito, Barbosa Neto, lá estava, para os senhores terem uma ideia, 2 mil 156 casas populares foram liberadas hoje para Londrina, do Programa Minha Casa, Minha Vida. O Ministro José Gomes Temporão liberou R\$ 23 milhões para que seja concluída a obra da Santa Casa, um hospital muito importante para Londrina, mas não só para Londrina, para a grande Londrina, para Bela Vista do Paraíso, para Alvorada do Sul, para Centenário do Sul, para Florestópolis, para Sertãozinho, para Rolândia, enfim, todos aqueles Municípios que integram a grande Londrina poderão evidentemente, quando a Santa Casa tiver 160 leitos, como está projetado na liberação dos recursos para a Santa Casa, certamente, a população vai se beneficiar, e muito.

Quero cumprimentar os Vereadores de Londrina. Quero cumprimentar a equipe do grande Prefeito Barbosa Neto, por essa conquista maravilhosa, para o Município de Londrina. Dizer aos Ministros, o Ministro das Cidades que lá esteve também, para dizer aos Deputados Federais, para o senador Osmar Dias, o quanto foi importante o seu trabalho lá em Brasília, o quanto foi importante a sua presença hoje, também, em Londrina, vendo aquele número expressivo de pessoas com tanta alegria para comemorar essa maravilhosa conquista do nosso Prefeito de Londrina Barbosa Neto.

Sras. e Srs. Deputados, se quisermos ter o problema da insegurança amenizada no estado do Paraná, temos sim que trabalhar com as nossas forças, para que a população que não tem casa, que vivem em lugares não próprios para habitação, são beiras de rios, ao lado de mananciais, onde não garante a saúde das nossas crianças.

Temos que trabalhar enquanto estivermos na vida pública, para que a população tenha, sim, casa para morar. O cidadão tem seu nome e sobrenome, mas ele tem que ter o seu endereço para que tenha a sua cidadania completa.

Esse Programa Minha Casa, Minha Vida, que atende as pessoas que ganham de zero a três salários-mínimos, é um belíssimo programa. Espero que o Paraná seja efetivamente contemplado com as 44 mil casas.

Sabemos que Londrina, não só vai receber essas 2 mil 156 casas, o Prefeito Barbosa Neto me dizia: “Estamos inscritos para recebermos 8 mil casas populares”. Vocês imaginem, Sras e Srs. Deputados, Londrina recebendo 8 mil casas populares, quanto que vai fazer de diferença para aquelas famílias que foram receber a chave da sua casa, onde poderão pagar uma importância muito pequena e ter a sua própria casa.

Então, a Segurança está ligada nisso, está ligada na Habitação, está ligada na formação do cidadão. Se estabelecermos cursos profissionalizantes, se dermos a oportunidade para que o cidadão receba instrução para ser um bom torneiro mecânico, para ser um bom pedreiro, um bom carpinteiro, ele vai no mercado de trabalho e vai encontrar o emprego e, naturalmente, vai poder amenizar o seu problema social. Vai poder ganhar mais, porque ele estará preparado para entrar no mercado de trabalho.

O que o País e o Estado precisam? Precisam produzir para gerar emprego, para resolver as questões sociais. Certamente as questões sociais serão resolvidas no momento em que estivermos todos juntos trabalhando, com qualificação, com determinação, para levarmos este País ao patamar que ele deve estar, para levar este País à alegria, à mesma alegria que vivemos nesses últimos dias, nessa grande conquista brasileira, os Jogos Olímpicos de 2016.

Imaginem V. Exas. o que vai mudar a infraestrutura do Rio de Janeiro e do Brasil após os Jogos Olímpicos.

Eu estive em Barcelona, na Espanha, antes e depois dos Jogos Olímpicos. Realmente a mudança é extraordinária. Estima-se um investimento no Brasil, no Rio de Janeiro, de mais de R\$ 50 bilhões.

Nós seremos a atração do mundo agora, na Copa do Mundo, e seremos a atração do Mundo em 2016.

Então, estamos sim orgulhosos com o nosso País. Para isso devo dizer a V. Exas., que não podemos medir esforços, não podemos deixar de destacar aqueles que trabalham, aqueles que fazem as coisas acontecerem. Não podemos apenas nos colocarmos no palanque do discurso, temos que trabalhar, temos que nos energizarmos para que possamos fazer as coisas acontecerem aqui em Curitiba, ao Norte do Paraná, no Noroeste, no Sudoeste, neste glorioso Estado agrícola, o nosso querido Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto, por 15 minutos.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente quero reforçar aqui, o Deputado Péricles falou dessa questão lá em Ponta Grossa, que nos preocupa muito, que é a geração de emprego. Não tenho dúvida que é preciso que façamos alguma coisa, porque se perder emprego é dar margem à violência, ainda mais neste momento em que a população cresce muito e que a droga é o maior causador das encrencas, das confusões e assim por diante. É preciso estar atento aos empregos, para não se perder o emprego.

Por isso, Deputado Péricles, temos que cada vez fortalecer mais essa luta, para que possamos conseguir evitar essas demissões que já estão acontecendo. Isso é muito preocupante, o pessoal do Sindicato também nos procurou e é uma preocupação de todas as famílias que podem perder os seus empregos devido a essa situação envolvendo essas grandes empresas na Cidade de Ponta Grossa.

Eu acompanhava aqui o pronunciamento do Deputado Traiano, ele falou em dois assuntos aqui que gostaria de tocar. Primeiro, V. Exa. fala em violência. Os Deputados Mauro Moraes e Péricles também falaram da questão das chacinas. A chacina que ocorreu agora no final de semana. O que tem ocorrido é que nas grandes Cidades, principalmente, se tem um segmento da maior indústria que cresce neste País, que é a indústria da droga. é o que mais gera as tragédias que estamos acompanhando. A tragédia da violência. Mas isso não é de agora, chacinas acontecem há muitos anos neste País. Elas acontecem em alguns momentos da história deste País.

Quero lembrar aqui de uma chacina que aconteceu há 20 anos, Deputado Plauto, a Chacina de Carambeí. Passaram-se 20 anos agora em 2009. Três pessoas morreram e mais quatro ficaram gravemente feridas, lá no interior de Carambeí. Até hoje não se tem definido o que aconteceu. Só se sabe que morreram três pessoas e outras ficaram feridas. Isso foi há 20 anos, em 1989.

O Governador daquela época era Álvaro Dias, era o Governador da chacina de Carambeí. E o que se resolveu até hoje?

Chacinas ocorrem no mundo e vão continuar ocorrendo. Como se evita uma chacina? Esse caso aqui é pior na Capital do Estado, porque há o envolvimento de segmentos que trabalham o dia a dia no crime organizado aqui em Curitiba.

Acabamos de ver aqui um radialista que está aqui, da televisão, que levou um tiro porque denunciou os traficantes.

Deputado Traiano, V. Exa. me assustou, há pouco falou de Prefeitos estarem botando gasolina nas viaturas da Polícia Militar. Não tenho certeza absoluta, mas acho que os Prefeitos não podem fazer isso. E se fizerem, fica aqui o alerta aos Prefeitos que estão incorrendo em um erro administrativo, que pode lhe causar a perda do mandato.

É muito grave isso. O Deputado Traiano falou aqui que tem Prefeito pagando gasolina para a Polícia. A Polícia tem verba sobrando para isso, e o Prefeito que estiver colocando gasolina em viaturas, preste atenção, para não responder uma ação posteriormente.

O Deputado Traiano hoje estava animado, gosto de contrapor o Deputado porque ele fala bem, tem uma experiência danada, gosto de ouvir para depois fazer um contraponto. É tão bacana! V. Exa. falou do Beto Richa, em Guarapuava, que ele não foi chamado para a Mesa. Nosso querido Artagão deu uma justificativa que não foi chamado porque ele é Prefeito. Estava lá o Prefeito de Guarapuava, tinha que estar. Mas acho que deveriam ter chamado o Beto para a Mesa, porque ele está em campanha. Porque o Prefeito de Curitiba sempre tem umas mordomias a mais. As contas, o Tribunal de Contas aprova do jeito que vier, “o Tribunal de Justiça não faz nada contra ele; o Ministério Público toma café com ele; os empreiteiros, que ficam em volta sempre quando tem algumas ações, não dá nada.

Acho que o Prefeito da Capital tem que ser tratado com essa diferença. Porque não receber o Beto Richa na Mesa? O que iria atrapalhar? Está aí um candidato a Governador andando no Paraná, fazendo campanha. É proibido fazer campanha? É, mas não é. Pode! A legislação deixa umas brechas que o Prefeito pode sair, vai com o avião de alguém, claro que não vai estar gastando dinheiro da Prefeitura de Curitiba, jamais o Prefeito faria isso, até porque o Prefeito de Curitiba é um jovem Prefeito e sabe da sua responsabilidade. Quando ele vai para Guarapuava ele decerto vai no avião de algum amigo. Isto não é proibido. Ele não vai à Guarapuava de carro, ele vai de avião, algum amigo fornece o avião. E isto também não é proibido.

Não é proibido, também, pegar o dinheiro do BANESTADO, e acabei de receber documento do Juiz Sérgio Fernando Mouro, aliás quero cumprimentar esse Juiz, fiz um ofício a ele, nem passou aqui no Plenário, e ele respondeu tudo o que eu precisava saber. Ele diz aqui que muito dinheiro era desviado do BANESTADO para campanhas eleitorais.

Como eu solicitei esta informação e ela é pública, vou protocolar na Mesa, para que fique à disposição de todos os Parlamentares. Diz aqui que dinheiro do BANESTADO foi desviado para campanhas eleitorais, que empresários davam dinheiro mediante uma “ajudinha”, pequena “ajudinha”. O Juiz está falando, não sou eu, não é o Jocelito Canto quem está falando. É o Juiz quem está falando e aqui está a assinatura dele. Está aqui, se a TV quiser pegar, está aqui a assinatura do Juiz Federal, dizendo que os apadrinhados do Governo recebiam dinheiro. Não sou eu. Era o Governo da época, V. Exa. sabe, Deputado Luiz Claudio Romanelli, fale o senhor! Então, não é proibido este negócio de se receber recursos.

Por exemplo, na campanha passada, em Ponta Grossa, teve uma candidatura que fez um jantar para 500 pessoas e prestou contas de 10. Enganaram a Justiça

Eleitoral, que ainda assinou embaixo. O Jantar era para 500 pessoas, a duzentão, e na hora da prestação de contas enganaram o Tribunal Regional Eleitoral, tem 12 jantãs pagas. Também não dá nada.

E sobre o BANESTADO, ainda não consegui ler inteiro as respostas do Juiz, fala nomes de pessoas que estão prestando serviço comunitário. Que beleza! Deputado Neivo Beraldin, serviço comunitário! Roubar faz bem, Deputado Neivo Beraldin. Estou falando para o senhor, que trabalhou no caso BANESTADO. Roubar faz bem: serviço comunitário!

Deputado Vanhoni, V. Exa. que está aqui, nos dá a honra da sua presença, já tivemos Sessão Secreta nesta Casa, quando estavam assaltando o BANESTADO, lembra o dinheiro do BANESTADO.

Para terminar, vou conceder aparte ao Deputado Valdir Rossoni, até porque não posso deixar de ouvi-lo, porque se tem dois Deputados que gosto de ouvir é o Deputado Valdir Rossoni e o Deputado Ademar Traiano. Deputado Valdir Rossoni, só para o senhor ter uma ideia, dói o coração, todo mês nós pagamos R\$ 68.197.263,77, do roubo do BANESTADO. Por dia, Deputado Valdir Rossoni, 2 milhões, 273. Cada hora, R\$ 94 mil. Por minuto, o minuto que vou lhe conceder agora, vai custar ao Banco do Estado do Paraná, via estado, 1 mil, 578. Este minuto que vou passar ao senhor custa 1 mil e 500, cada minuto do roubo do BANESTADO que o Governo tem que pagar. E cada segundo custa R\$ 26. O povo do Paraná está pagando isso.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Se V. Exa. gosta de me ouvir, eu também tenho prazer em ouvi-lo.

Para deixar muito bem esclarecido, o Prefeito Beto Richa foi a Guarapuava na inauguração da maior indústria de malte da América do Sul, como forma de respeito, representando o povo de Curitiba, porque é um evento que vai ficar marcado na história. Em nenhum momento o Prefeito Beto Richa reclamou do lugar, se ele compôs ou não compôs a Mesa. A única questão em que ficou dúvida é de quem foi a determinação se ele tinha que compor a Mesa ou não. V. Exa. conhece mais o Prefeito Beto Richa do que eu, V. Exa. foi Parlamentar com ele. Ele é um homem muito educado, além de tudo muito humilde e certamente ficou no seu lugar nessa inauguração.

Então, o Prefeito Beto Richa não está reclamando. Esteve lá em nome do povo de Curitiba, representando o povo de Curitiba, porque é a maior indústria de malte da América do Sul e é uma forma de respeito.

Apenas para deixar isso claro a V. Exa. Sei que V. Exa. preza pela verdade e agradeço pelo aparte que me concede.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Só dizer, Deputado Rossoni, que acho sacanagem. O Prefeito está ali em campanha, andando o Paraná,

visitando os Municípios, percorrendo o interior e por quê não chamá-lo para a Mesa? Acho isso uma bobeira, uma besteira. Tem que chamar o Prefeito, essa liderança maravilhosa que é o Beto Richa. Não tenho dúvida nenhuma e concordo com V. Exa.

Sr. Presidente, agradeço e só deixo esse registro final. Depois vou passar a V. Exa. a cópia deste documento que o Juiz Federal me manda, que mostra que há uma condenação de um político. Tem um político condenado, segundo o Juiz. Está condenado um político nesse caso do BANESTADO e até fiquei um pouco surpreso. O que mais me assustou é que o que mais está dando aqui é aquilo que chamamos de “apenas serviços comunitários”. Está duro hein!

Obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Plauto Miró, no horário do Democratas.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em um aparte ao pronunciamento do Deputado Ademar Traiano já me manifestei sobre o problema da chacina que aconteceu em Curitiba. Mas, depois do pronunciamento, recebi alguns contatos de integrantes da Polícia Militar do Estado, que trazem uma preocupação. E aqui quero relatar que há uns 15 dias houve um procedimento no Município de Colombo, onde, em uma ocorrência, a Polícia Militar, através da RONE, desenvolveu um trabalho em que algumas pessoas acabaram, infelizmente, perdendo as suas vidas em um confronto que houve.

Depois de muita polêmica chegaram à conclusão, nas investigações, de que as pessoas que perderam as suas vidas eram pessoas que tinham ligação concreta com o crime. Depois de toda essa situação que lá aconteceu, e que acabou publicamente vindo a todos, fez com que uma decisão da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná fizesse com que a RONE, que é um Batalhão da Polícia que combate o crime, fosse enquartelada e deixasse de realizar as suas operações de combate ao crime no Município de Curitiba. Então, ficou determinado que a RONE ficasse dentro do quartel, e na sexta-feira agora o secretário da Segurança determinou que as viaturas da RONE fossem deslocadas para Foz do Iguaçu. Sete viaturas foram encaminhadas para o Município de fronteira e a RONE, no Município de Curitiba, fixou desfalcada, porque com as viaturas que foram para Foz, aqui ficaram uma ou duas viaturas, e o contingente, os policiais da RONE, todos lá no Município de Foz do Iguaçu.

Então, na sexta-feira as viaturas foram, a Polícia Militar ficou sem esses integrantes que trabalham na RONE, no sábado da mesma forma, e na madrugada de domingo aconteceu a chacina, onde tiveram que improvisar rapidamente viaturas para que aqueles policiais que tinham ficado aqui pudessem agir e fazer o trabalho nesse bairro, onde tivemos a chacina triste que aconteceu na Região Metropolitana da Capital do Estado.

Queria deixar aqui registrado, vou encaminhar o requerimento, e saber o que está acontecendo, se não é mais para a Polícia trabalhar no combate à criminalidade, se é para que esse batalhão, a RONE, ficar dentro do quartel, o que é que está acontecendo. Porque a informação que me passaram é esta, e queremos trazer a verdade à tona, para que nós também não sejamos injustos aqui no nosso pronunciamento, mas a informação veio de dentro da Polícia Militar do Estado do Paraná, fazendo com que a falta da RONE pudesse ter até mesmo proporcionando uma agilidade, uma facilidade maior dos criminosos na Capital do Estado.

Quero falar agora de coisa boa, Sr. Presidente. Estivemos neste final de semana, na sexta-feira, no Município de Tibagi, com a presença do Ministro da República, do Planejamento, Paulo Bernardo. Mais uma vez o Município autorizado a construção de obras. E agora, depois de vermos, no decorrer dos últimos anos, a Rodovia Transbrasiliana, tão pedida e tão reivindicada pelos moradores de toda aquela região, sendo executada. Deixar claro, uma obra que liga o Município de Ventania à Cidade de Tibagi, Tibagi ao Distrito de Alto Amparo, que foi começada a sua construção no ano de 1996, ainda com o Presidente da República anterior, e que a obra foi executada em um ano e meio, e acabou sendo paralizada. Depois que o Ministro paranaense, Paulo Bernardo, assumiu essa pasta tão importante da República, ele autorizou a liberação dos recursos, e as obras foram retomadas, foi uma boa parte dela executada, já está pavimentado o trecho de Ventania a Tibagi, Tibagi ao Alto do Amparo. E agora, na sexta-feira, o Ministro lá esteve dando autorização para a execução de um viaduto, proporcionando maior segurança na interseção da Rodovia do Café com a Rodovia Transbrasiliana, que recebeu o pavimento. Um viaduto importante, R\$ 18 milhões é o valor dessa obra, que vai proporcionar segurança a todos aqueles que transitam naquela rodovia. E mais um anúncio importante ele trouxe ainda, de que do Alto do Amparo até o Município de Ipiranga, de Ipiranga até o Município Imbituva, que é o trecho que falta ser pavimentado, ele já pediu para que os projetos fossem executados, e antes do término do mandato dele como Ministro da República, ele quer fazer com que a licitação aconteça, e quer deixar os recursos garantidos para que essas obras possam ser executadas.

Então, não poderia de deixar registrado aqui essa atitude de um paranaense que está sabendo usar a sua função, a sua caneta, lá no Ministério do Planejamento, para ajudar o Estado do Paraná. E essa obra está praticamente concluída, a primeira etapa, mais de R\$ 120

milhões custou essa obra, e agora aguardamos essa segunda etapa que vai proporcionar a finalização do trecho da Transbrasiliana, que faltava só ser pavimentada, de Ventania até o Município de Imbituva. E deixar claro, essa Transbrasiliana é uma rodovia que corta o coração do Brasil, do Norte ao Sul, liga o Oiapoque ao Chuí, no coração do País, proporcionando desta forma uma facilidade no transporte de cargas de produtos agrícolas por essa importante rodovia do nosso País.

O Sr. Elton Welter (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Na qualidade de Vice-Líder da Bancada do PT, sabemos do esforço que o Ministro Paulo tem feito para ajudar o País, numa missão de ajudar no empenho dos gastos orçamentários com todos entes federados. Naturalmente que o Paraná está sendo contemplado em muitos projetos bons.

Há pouco instantes se pronunciava o Deputado Neivo Beraldin no tocante ao Projeto Minha Casa, Minha Vida. São obras que estão acontecendo em todas as Cidades. Na Cidade de Toledo tem mais de 1 mil casas contempladas nesse programa. E tem ações concretas que estão acontecendo e, com certeza, os paranaenses ganham com isso.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Agradeço suas palavras. Não poderia deixar de registrar, por ser uma pessoa envolvida com as lideranças da região, do Município de Tibagi, Prefeitos, Vereadores sempre reivindicando. Por várias vezes fomos a Brasília, na companhia de todos eles, com as demais lideranças dos Campos Gerais, levando a preocupação e pedindo que o Governo terminasse e resolvesse o problema dessa rodovia que faltava, só nesse trecho, ser pavimentada. As coisas aconteceram e aguardamos a segunda etapa do trecho. E as pessoas que vivem, produzem naquela região, são muito gratas ao Ministro paranaense, que vem cumprindo com o seu dever de fazer com que o nosso Estado seja prestigiado pelo Governo Federal.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Quero cumprimentá-lo e dizer que temos esse mesmo pensamento o Ministro Paulo Bernardo. Ele tem trabalhado com muito bairrismo no Paraná, pela nossa região, a transbrasiliana era sonho que ele tornou realidade, junto com alguns Deputados Federais. Quero me somar com V. Exa., estivemos lá. Está de parabéns o Ministro Paulo Bernardo.

Muito obrigado.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Humildade é muito importante na política. É importante ver um Deputado na linha de Oposição falando sobre conquistas e também sobre atuação de um

Ministro de outro partido. Também me somo a V. Exa., porque sou do PPS, de um partido de Oposição, mas temos que destacar o trabalho do Ministro Paulo Bernardo e também de outros como o Ministro Reinhold Stephanes e o Ministro Nelson Jobin, que sempre nos recebem com muito carinho e têm uma atenção muito especial pelo nosso Estado. Parabéns!

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Não posso deixar de falar aqui do Ministro Reinhold Stephanes, que na pasta que ocupa tem desenvolvido um trabalho importante em prol do segmento produtivo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira, no Bloco PSB/PRB/PV.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna para falar de Segurança Pública. Não poderia deixar de me manifestar, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente. Setenta e seis por cento dos 460 mil aposentados no Brasil são jovens de 16 a 29 anos. Temos muitos jovens de 16 anos sofrendo medidas socioeducativas que, na verdade, não deixam de ser um apenamento. Oitenta por cento desses jovens recidem na violência. A violência envolve majoritariamente homens jovens e negros. Essa é a cor e o retrato da violência no Brasil. Falou-se de chacina, hoje, foram oito mortos no Uberaba, entre eles uma mulher de 29 anos e uma criança de quatro meses. Uma família brasileira, comum, que saiu de uma igreja, passou na casa do pai, comeu uma pizza e disse: “Vamos para casa”. E no caminho se viu envolvida em um tiroteio dentro do bairro. A família não morava no bairro e, portanto, não estava entendendo o toque de recolher, previamente colocado, e o que estava acontecendo no bairro.

Mas, a coisa que mais me assusta é que está absolutamente banal matar. E eu já vi mais do que uma pessoa dentro desta Casa, dizer assim: “Ah, mas eles estão morrendo entre eles. É tudo bandido. É uma seleção natural”. Mas não é dessa forma que vemos a vida. Quem é que disse que a sociedade brasileira tem que decretar a pena de morte entre os consumidores do crack? Oficiosamente é isso que está acontecendo. Temos uma pena de morte entre os consumidores de drogas, principalmente o crack, oficializado com se isso fosse absolutamente natural.

Estou preocupada com o jornal Tribuna, porque daqui a pouco essa questão da criminalidade não vai mais vender jornais, porque fica absolutamente corriqueiro,

salvo quando morre alguém que tem um pouco mais de condições econômicas, ou é filho desse ou daquele nome com poder neste Estado.

A Segurança Pública, na verdade, temos que pensar que ela surgiu para deter os pobres e para assegurar o patrimônio dos ricos. É isso.

É como se o ter fosse muito, muito, infinitamente de mais valia do que o ser. E hoje temos que parar para pensar que não foram só oito mortes, foram 49 corpos que passaram pelo IML. Sabe como eu sei disso? Ouvindo a Rádio Banda B, às 6h da manhã, com o Deputado Luiz Carlos Martins, porque se entrarmos agora nos meios de comunicação - pedi para a minha assessoria: levante - não temos acesso a isso, a esses dados. O pessoal da Banda B tem acesso, porque vai lá, fica na porta do IML, sofre junto com a população que está lá para liberar os corpos e que depois informa as pessoas. Quarenta e nove corpos passaram pelo IML, 13 eram de outras violências, mas a maioria absoluta, mais de 30 vítimas de tiros de armas de fogo. E isso é muito sério. A grande maioria homens jovens e produtivos. E temos que trabalhar.

Concedo um aparte ao Deputado Edson Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Deputada Rosane Ferreira, quero contribuir no seu pronunciamento exatamente dentro da linha colocada por V. Exa. A questão, vemos claramente que a falta de competência ou de efetivo, ou de inteligência na Segurança Pública, do Poder do Estado na Segurança Pública, tem criado não somente que esses conflitos entre gangues provoquem a morte de pessoas envolvidas no mundo do crime ou do tráfico, mas muita gente inocente é assassinada como forma de vingança. Não bastasse isso, vemos até a própria Polícia, de forma indiscriminada, atirando sem saber ou sem julgar aquelas pessoas que estão, segundo eles, sendo perseguidas e investigadas. Infelizmente, tivemos várias ocorrências no Município de Colombo.

Na semana passada tive a oportunidade de acompanhar o funeral, o sepultamento do jovem rapaz, Danilo, que trabalhava no estabelecimento do pai, atendendo no balcão. Conheço a sua família, que tem um restaurante e um espaço que vende alimentação. De uma forma cruel tivemos que ouvir da população que assistiu a cena, que foi uma execução. Isso está sendo investigado pela delegacia de Alto Maracanã, o que demonstra o despreparo de alguns policiais, não a maioria, ou até de uma forma desesperada de alguns setores da Polícia, tentando se impor através da força, que vai atirando de forma indiscriminada.

Da mesma forma em que morreram inocentes nessa chacina que ocorreu, estão morrendo muitas pessoas, incriminadas pela Polícia, como se estivessem envolvidas com o tráfico e o crime e muitas vezes não estão. A morte de um inocente que fosse, não justificaria a maneira como a Polícia está agindo.

É evidente que precisamos de um efetivo maior, de um serviço de inteligência, que a Polícia possa descobrir quem são os comandantes do crime, do tráfico. Caso contrário teremos muitas pessoas inocentes mortas. Principalmente pessoas pobres, muitos negros, o pessoal que ocupa a periferia das grandes Cidades, que são discriminados, confundidos e são mortos como criminosos, mas são inocentes.

A Comissão de Direitos desta Casa deve se pronunciar, chamar e avaliar se esse processo está sendo conduzido corretamente, e também discutir o efetivo que é insuficiente há muito tempo e precisa, de forma urgente, ser reforçado.

Era isso, Sra. Deputada. Parabéns pelo seu pronunciamento.

A SRA ROSANE FERREIRA (PV)

Obrigada, Deputado Strapasson. Concordo em número, gênero e grau com suas colocações.

Precisamos de mais repressão, equipamentos e policiais. Mas precisamos de mais emprego. Educação e Saúde. Precisamos criar no Paraná uma rede de engajamento cívico, gente que pressione o Governo, mas que também faça a sua parte.

Finalizar o meu pronunciamento dizendo que fiquei feliz porque as Olimpíadas serão no Brasil, em 2016, e fiquei orgulhosa com o Presidente Lula. Sinceramente, espero que essa vinda das Olimpíadas para o nosso Rio signifique, sobretudo, condições para que tenhamos um investimento de verdade, na questão do esporte. Espero, sim, que não tenhamos uma escola nos mais de 5 mil Municípios dessa Nação chamada Brasil, em que falte uma bola, ou um professor de educação física, ou uma quadra coberta. Ou seja, dos sete anos que estão por vir, se tenha tempo de resgatar uma sociedade, uma parte da nossa infância e juventude e, quem sabe, gestar os nossos heróis olímpicos de 2016 e trabalhar no sentido de coibir a violência, de resgatar essa juventude que hoje morre indiscriminadamente, como falou o Deputado Strapasson.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças: PDT. Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Deputado Ângelo Vanhoni, que nos visita nesta tarde, sua presença muito nos estimula e nos impulsiona, principalmente para uma grande reflexão, Deputado Vanhoni. O silêncio, Sr. Presidente, muitas vezes incomoda, mas não podemos silenciar neste instante, Deputado Douglas, Deputado Marcelo Rangel, Deputado Durval, não podemos silenciar diante do bem maior da vida.

Qual é o bem maior da vida, Deputada Rosane Ferreira? V. Exa. tem consciência disto. Os bens materiais são importantes, aquela casinha branca lá no morro, ah, que sonho! Mas sem a vida ela não tem sentido. Aquele carro, não importa que seja um Fusca ou uma Brasília azul, sem a vida não tem importância nenhuma. Aquele apartamento espaçoso, decorado, sem a vida ele não tem importância nenhuma.

Enfim, o bem maior, Deputado Scanavaca, sem dúvida nenhuma, o bem maior que temos é a vida. E todos nós tentamos cuidar da nossa vida e parece-me que o perigo está rondando a cada um de nós, porque enquanto acontece com o outro, distante, vai passando, mas está se aproximando de todos nós.

Então, é claro que essa chacina no Icarai, aqui em Curitiba, Deputado Neivo, Deputado Strapasson, são oito pessoas, mas na verdade estamos tendo chacina aqui em Curitiba, Região Metropolitana, praticamente todos os finais de semana.

Como disse a Deputada Rosane, Deputado Alexandre Curi, 49 corpos que passaram neste final de semana, Presidente Nelson Justus, pelo Instituto Médico Legal. É preocupante! Muito, mas muito preocupante. Não é brincadeira! E não podemos silenciar.

O Deputado Mauro Moraes, que não está presente aqui mas deve estar no gabinete, fez um pronunciamento na tribuna, eu prestei atenção, e ele fala, Deputado Zucchi, em fazer um abaixo-assinado. Para quê? O que estamos fazendo aqui? O que esta Casa está fazendo? Para que abaixo-assinado? Então, para que ter eleição para Deputado, para Vereador? Estamos aqui exatamente para ser o abaixo-assinado do povo. Nós recebemos do povo uma procuração, recebemos do povo uma missão: a missão do maior abaixo-assinado que possa existir, abaixo-assinado democrático, nas urnas. Todos os senhores que estão aqui, todos nós que estamos aqui chegamos através do voto, através da nossa mensagem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador Roberto Requião foi Deputado Estadual nesta Casa, foi Prefeito em Curitiba, foi Senador, Governador pela terceira vez, e ele sempre foi eleito pelo voto.

Mas creio que acima do voto o Governador Requião sempre foi eleito pelas atitudes dele. Mesmo não concordando com algumas atitudes do Governador, ninguém pode negar, o Governador sempre foi um homem de atitude. É ou não é? Não estou inventando, estou apenas constatando o que é verdade: homem de atitude. Entendo que neste momento, Deputado Jocelito Canto, prestei atenção no seu pronunciamento e aprendi com ele, creio que neste instante precisamos, em nome dos pais, em nome das mães, em nome dos nossos jovens, eu não quero fazer propaganda aqui do meu programa de rádio, mas temos no nosso programa de rádio, todos os dias, o programa começa às 8h, mais ou menos 8h 45 temos os falecimentos, todos os falecimentos, os nomes e idades e começou a me chamar a atenção a idade dos falecimentos: 15, 18, 19, 17 anos. Hoje eu parei uma hora e falei:

opa, algo está errado, os nossos jovens estão morrendo! e a perspectiva como é que fica? e o futuro como é que fica? E o mundo como é que fica? Quem é que vai estar no meu lugar, amanhã, aqui? Quem vai estar no seu lugar, amanhã, aqui? Quem vai ser o Prefeito de Curitiba amanhã, de Colombo, de Almirante Tamandaré? Quem vai ser o Governador? Enfim, estão matando os nossos jovens, eles estão morrendo!

Então, gostaria de fazer aqui, e todos os senhores e senhoras vão concordar comigo, um apelo ao Governador Requião, ele que é um homem de atitudes: é preciso que o Governador tome uma atitude urgente, do jeito que está não pode continuar! É grave, Curitiba está estarecida, a Região Metropolitana está estarecida! Me lembro, Deputado Durval Amaral, da viúva da Cidade de Naim, uma viúva querida que tinha um único filho e o filho morreu, aquela viúva que ajudava a todos na Cidade de Naim, a Cidade toda morreu junto com aquele jovem, a Cidade amorteceu, enlutou-se junto com aquele jovem! E chegou a hora do cortejo, como é triste, eu imagino, enterrar um filho, como deve ser horrível, como deve ser doloroso enterrar um filho! E aquele cortejo da morte da Cidade de Naim, a Cidade toda no cortejo, todos chorando, de repente surge, lá na frente, uma caravana, uma pequena caravana que eu chamo esta caravana da vida. Vem a caravana e o cortejo da morte vai e uma hora se encontraram, a caravana da vida, pequenininha, mas no meio dessa caravana vinha alguém muito especial, o Cristo! Aí, para o cortejo da morte e ele, o Cristo, pergunta: “O que há?” aí explicam para ele, ele sabia o que era e o que ele faz? Ele diz: “Levanta, jovem, levanta!” Ele se levantou, naquele instante a Cidade toda de Naim se levantou, o cortejo da morte se transformou no cortejo da vida.

Está precisando que alguém eleito democraticamente pelo povo, Deputado Cezar Silvestre, que nos honra com a sua visita, alguém eleito pelo povo, como Requião, sempre nas urnas, Deputado Estadual, Prefeito de Curitiba, Senador, três vezes Governador, ele tem crédito para isso, tomar uma atitude e levantar. Curitiba está estarecida, Curitiba e a Região Metropolitana! E eu não vou contar aqui do caso de Colombo, dos dois jovens covardemente assassinados! Não vou falar também, Sr. Presidente, daquela vovó assassinada, de sábado para domingo, um irresponsável no volante que matou a vovó e duas netinhas, três pessoas ao mesmo tempo.

Sr. Presidente, essa questão do toque de recolher, não é só no Icaraí, ou na Vila União no Uberaba O toque de recolher está acontecendo em vários locais de Curitiba e da Região Metropolitana. Tem local que a Polícia precisa pedir autorização para entrar, se não não entra.

Agora, Sr. Presidente, se existe uma instituição bem informada no mundo todo, é a Polícia. A Polícia da Suíça, dos Estados Unidos, da França, a Polícia de Londrina, da Barra do Jacaré, de Curitiba, a Polícia é uma das instituições mais bem informadas do mundo, inclusive aqui. A Polícia não sabia o que ia acontecer? A Polícia não sabe quem comanda tudo isso que está acontecendo?

Então, essa chacina com vidas inocentes, Deputado Romanelli, e V. Exa., até numa conversa nossa, se comoveu diante de tudo isso. A Polícia é uma instituição bem informada. O que está acontecendo?

Então faço esse apelo, para encerrar, mais uma vez ao Governador Requião: Governador, o senhor que sempre teve atitudes, tome uma atitude, o povo do Paraná espera uma atitude do Governador, todos nós esperamos. E ele tem crédito para isso, senão não seria eleito, uma vez Deputado, Prefeito de Curitiba, Senador duas vezes, Governador três vezes. Estamos esperando. Do jeito que está, realmente não pode continuar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Sr. Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Hoje é 5 de outubro, Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa. Tive o privilégio de trabalhar por diversos anos no SEBRAE, que é o Serviço de Apoio a Micro e a Pequena Empresa, trabalhei aqui no Paraná.

(Lê):

“A data, instituída simbolicamente para marcar o início da vigência do primeiro Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, em 5/10/99.

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 6 milhões de micro e pequenas empresas formais e mais de 10 milhões informais.

O Anuário do Trabalho 2008, estudo do SEBRAE Nacional e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), aponta 450 mil empresas formais no Paraná e 565 mil informais.

As micro e pequenas empresas respondem por 60% dos empregos com carteira assinada, dado confirmado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Os pequenos negócios movimentam 44% da massa salarial no Estado.

Anualmente, desde 2006, o SEBRAE/PR realiza a Semana da Pequena Empresa, para comemorar o dia 5 de outubro.

Atualmente às micro e pequenas empresas representam 98% dos estabelecimentos formalmente existentes no Estado. Além disso, elas respondem por 67% da mão de obra oferecida pelo setor privado.”

Queria fazer o registro do Dia Nacional da Microempresa, justamente porque elas oferecem à sociedade uma contribuição imensa do ponto de vistas do desenvolvimento, que é a geração de emprego, a distribuição de renda. É aquilo que as pessoas mais sonham.

O Deputado Luiz Carlos Martins falou aqui sobre a importância da vida. À medida que a pessoa vai crescendo e desenvolvendo a sua vida, ela chega num momento em que precisa de renda, precisa de dinheiro para poder oferecer melhor condição de vida aos seus familiares. Aí entra a importância da micro e pequena empresa, da geradora de empregos, da distribuidora de riquezas. As pessoas que montam as pequenas empresas, eu tive o privilégio de, quando trabalhava no SEBRAE, atender esses visionários, esses sonhadores, esses realizadores, que são os micros e pequenos empresários, empreendedores. Eles vêm com vontade imensa de vencer.

A maioria das empresas, para não dizer 100%, a imensa maioria começa como pequenas empresas. Hoje é um dia especial, o nosso pronunciamento é justamente para homenagear o SEBRAE, a todas as pessoas das micro e pequenas empresas, que avançam e se desenvolvem no Brasil. Deixando claro aqui, 98% dos estabelecimentos empresariais são micro e pequenas empresas. Se pegarem as nossas Cidades, Campo Mourão, Ponta Grossa, peguem a principal avenida da Cidade e andem de lado a lado, olhem de um lado e olhem do outro, tem lá um pequeno comércio. Dentro daquele pequeno comércio muitas famílias trabalham ou estão representadas. Ali é a geração de emprego, é distribuição de renda.

Temos que reconhecer, eu que faço Oposição ao Governo do Estado, mas nesse item micro e pequena empresa, o Governo Requião tem avançado, tem conseguido muitas conquistas. A começar pela nova tabela, quando ele criou a tabela do ICMS, no primeiro Governo ainda ampliando o número da tabela e isentando milhares de pequenas empresas. Digo isso porque compusemos, no primeiro mandato, o apoio ao Requião. O PPS, dentro do item que o partido colocou como objetivo da aliança: "Apoio ao micro e pequeno empreendedor", o Governo Requião cumpriu com aquele item. Hoje, no Paraná, as pequenas empresas recebem uma isenção muito grande, que foi apoiado pelos Deputados, aprovado por nós aqui, inclusive a reedição desse projeto.

Estou fazendo esse pronunciamento para reconhecer isso, mostrar que enxergamos também algo de bom no Governo e temos a humildade, se acharmos que alguma coisa está dando certo, estamos aqui na tribuna reconhecendo e colocando a pequena empresa aqui no Paraná, que tem tido o apoio necessário para poder ajudar no seu desenvolvimento.

Poderia ter mais verdade, como por exemplo, no ano passado aumentamos a energia elétrica, aumentamos o telefone, não com o meu voto, ou com os votos de alguns aqui, mas a maioria aqui votou a favor e com isso prejudicou a pequena empresa.

Temos que reconhecer aqui o Paraná que as empresas têm levado e conseguido apoio do Governo.

Estamos cobrando há algum tempo e na semana passada o Governo divulgou a volta do Banco Social, que beneficia o micro e pequeno empresário, o micro e pequeno empreendedor e a geração de emprego.

De tanto cobrarmos, o Governo reconheceu e conseguiu fazer com que voltasse a funcionar esse projeto aqui no Paraná.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Me preocupo com as grandes empresas com relação àquele acréscimo do ICMS na conta de luz. Tanto é que aconteceu em Ponta Grossa, em relação à Bunge, que foi relatado aqui nesta tarde, tem a ver também com esse problema em relação ao aumento da tributação em cima da tarifa elétrica.

Não só as pequenas, as médias empresas também sentiram que esse acréscimo de tributação e outros tributos, impostos, infelizmente acabam prejudicando muito o setor produtivo.

Realmente está de parabéns!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Queria parabenizar ao trabalho do SEBRAE, que está oferecendo a Semana da Micro e Pequena Empresa nos seus pontos estratégicos: Maringá, Londrina e Pato Branco, Curitiba e Cascavel, que é onde tem as suas sedes regionais e estão oferecendo palestras, uma semana de atendimento mais forte ao micro e pequeno empresário, e com isso ajudando a geração de desenvolvimento do Estado.

Como hoje, dia 5 de outubro, é o Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa, nada mais justo do que todos darmos o voto de congratulação a esses lutadores que ajudam muito no desenvolvimento dos Municípios e consequentemente do Estado e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Liderança do PMDB: Deputado Stephanes Junior

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero dar um ganho no que falou o Deputado Douglas Fabrício e falar um pouco da questão de Segurança.

Essa situação que aconteceu no Uberaba, que foi muito trágica a morte de oito pessoas assassinadas sem saber o porquê, um traficante consegue fechar algumas ruas e sair com outros marginais atirando na pessoas. Morreram oito pessoas e duas estão hospitalizadas.

Nós, na Assembleia, queremos saber o que está acontecendo. Se isso ocorre o traficante tem a coragem de fazer isso em Curitiba, é porque a Segurança Pública está frágil.

Vi que alguns Deputados fizeram a convocação do Secretário da Segurança para vir aqui e explicar. Vou votar a favor desse requerimento, não me peçam para não votar a favor. Acho que está na hora de o Secretário Delazari vir aqui o que ele está fazendo, porque se há hoje

marginais com a coragem de fechar vilas e bairros em Curitiba, isso demonstra uma fragilidade da Segurança e tem que ser explicado o que está sendo feito, no sentido de segurança e atitude. E esta Casa tem que exigir que o Secretário venha aqui e se explique, diga o que está acontecendo em Curitiba e no Paraná.

Este é um tema. Mas, eu queria falar de um tema um pouco mais festivo e um pouco mais alegre. Estive sexta-feira em Entre Rios, na Colônia Vitória, mais especificamente, em Guarapuava. Entre Rios é um Distrito de Guarapuava. Está aqui o Deputado Federal César Silvestri, de Guarapuava. Temos alguns outros Deputados que representam Guarapuava aqui na Casa, como o Deputado Artagão Mattos Leão Filho. E dizer da grande festa que eles fizeram neste dia, por duas razões. Primeiro, lá existe a Festa da Colheita, a Festa da Cevada. Nesta época, há muito anos eles comemoram com uma grande reunião dos cooperados, dos seus amigos, fornecedores, parceiros comerciais. E desta vez, o principal motivo da festa foi a ampliação da maltaria. Eles são a maior cooperativa de malte do Brasil.

A Cooperativa Agrária Entre Rios, que tem 51 anos de idade foi fundada por alemães que vieram para o Brasil depois da guerra e, se instalaram em Entre Rios. Esta cooperativa é um exemplo do Brasil, exemplo de desenvolvimento social, humano, econômico e naquilo que eles fazem pelo País.

O Deputado Elio Rusch, descendente de alemães, estava lá comemorando os 180 anos de imigração alemã no Paraná e é um dos representantes da comunidade, sabe muito bem do que estou falando. O que os alemães fizeram lá é um exemplo. Eles vieram depois da guerra, sem nada, praticamente com a roupa do corpo e com a vontade de trabalhar. Fizeram uma potência, são grandes produtores de trigo, de soja e principalmente de malte. E ampliaram suas indústrias.

Hoje, eles poderão produzir, por ano, 220 mil toneladas de malte. De cada cinco cervejas produzidas no Brasil, uma é feita com o malte deles. Pode ser de qualquer marca, eles produzem diversas marcas. E diversas qualidades de trigo e de cevada.

Além disto, eles têm um faturamento perto de 1 bilhão e meio, ano passado. Este ano, talvez R\$ 2 bilhões por ano. Ou seja, são pessoas que produzem pelo Paraná. Pagaram de impostos, ano passado, mais de R\$ 180 milhões. E a noite, sua festa com grupos folclóricos típicos da Alemanha, com peixe muito bem feito. Estava lá a representação política de todos os partidos, Prefeito Beto Richa, o Governador Roberto Requião, o Osmar Dias, na ampliação da maltaria, os Deputados Federais César Silvestri, Sciarra, Gustavo Fruet, os Deputados Estaduais Elio Rusch, minha pessoa, Artagão Mattos Leão, estava lá o Ministro Paulo Bernardo, o Ministro Reinhold Stephanes. Ou seja, todos foram prestigiar isso, porque é um exemplo o que fazem lá. O trabalho social que fazem também, junto a toda Guarapuava.

Quero parabenizar, na pessoa do Jorge Cal, toda a comunidade de Entre Rios e a tudo o que fazem por Guarapuava e pelo Paraná. Muito obrigado a vocês, que vieram do Danúbio para o Brasil, que hoje são brasileiros e muito fazem por aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário destinado à Liderança da Oposição, concedemos a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; vou começar com a seguinte frase do Deputado Luiz Claudio Romanelli: “Governador Roberto Requião, colecionador de derrotas judiciais”.

Na última sexta-feira o Governador perdeu mais uma no Tribunal de Justiça: o decreto que proibia a compensação de precatórios com impostos no Estado do Paraná.

A Lei Complementar n° 063 dá poderes para que os Estados e as empresas, possam fazer a compensação com precatórios das dívidas que elas têm com o Estado em relação a impostos. Mas, o Governador do Estado do Paraná baixou um decreto em 2007 proibindo essa transação. Algumas ações isoladas já tramitaram aqui na Justiça do Estado e também no STJ, em Brasília, e todos que entraram, lógico, venceram. E havia uma Ação Direta de Inconstitucionalidade em relação a esse Decreto Governamental n° 418, que na última sexta-feira o Pleno do Tribunal de Justiça julgou o decreto inconstitucional.

Aliás, esse é um assunto que já temos abordado aqui na Casa por inúmeras vezes, porque a lei federal que regulamenta a compensação com precatórios diz que no momento, no ato da compensação dos impostos com precatórios o Governo do Estado no momento tem que depositar os 25% dos Municípios. Entramos aqui na Assembleia Legislativa há questão de um ou dois anos e perguntamos, através de um requerimento de solicitação de informações, qual era o valor que o Estado já havia compensado com precatórios. Recebemos essa resposta e chegamos à conclusão de que aproximadamente R\$ 60 milhões, que seria a parte dos Municípios, ou seja, o bolo do ICMS que vai para os Municípios, isso não foi repassado. A informação que temos por parte da Secretaria da Fazenda é que a Secretaria iria depositar esse dinheiro na medida em que os precatórios fossem vencendo. Ora, não é isso que a lei federal diz. A lei federal diz que no momento da compensação o Estado tem que depositar imediatamente os 25% para os Municípios e isso não tem acontecido no nosso Estado.

Mas, independente dessa nossa posição, o que queremos dizer neste momento é que é mais uma ação que tramitou na Justiça e que o Governo do Estado perdeu. Isso prova claramente aquilo que sempre falamos: que o

Governo não pode estar acima da lei, mas a lei está acima dos Governos. Por que isso? Porque vivemos em um estado democrático de direito, onde a lei tem que ser respeitada.

Quando surgem aqueles rompimentos unilaterais dos contratos no atual mandato do Governo do Estado, quem se sente prejudicado recorre à Justiça. A Justiça é que decide, interpreta a legislação e a lei e muitas vezes, quando o nosso Governo vê que tem dificuldade em aprovar alguns projetos, ele faz por decreto, começa a administrar por decreto. Quantas vezes levantamos aqui na Casa, inclusive de leis que foram aprovadas e, falamos que estamos legislando sobre matérias que não nos compete e que já existe uma regulamentação a nível nacional. Isso aconteceu com os transgênicos, com a criação de cargos, a transformação dos cargos do Governo do Estado, com o Decreto do Governo em relação aos precatórios - isso foi julgado na última sexta-feira e não temos o acórdão, que ainda não foi publicado, mas o seu número é 424.838-4/02. Esse é o acórdão que julgou inconstitucional o decreto do Governador do Estado.

É por essa razão que só quis lembrar hoje, daqui da Tribuna, que o Governador do Paraná é um grande colecionador de derrotas judiciais. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Prezado Deputado Elio Rusch, V. Exa. foi econômico nas suas palavras, mas ao mesmo tempo foi contundente. Quero dizer a V. Exa. tenho divergência, porque parece que V. Exa. celebra, que comemora as derrotas judiciais que o nosso Governo tem, e V. Exa. sabe que essas derrotas judiciais, ressaltado uma ou outra decisão de menor importância do ponto de vista do efeito prático, V. Exa. sabe, quando a derrota acontece sabemos que o interesse público está perdendo. Temos que reconhecer que em nosso País prevalece, em relação ao pedágio o famoso *pacta sunt servanda*, ou seja, os contratos são superiores a própria lei, somos escravos dos contratos.

Aliás, Deputado Marcelo Rangel, ouvi um pronunciamento outro dia que V. Exa. deve ter feito o pronunciamento com base é claro na sua convicção de fazer as coisas bem feitas. Mas, é único e exclusivamente para enriquecer ainda mais os advogados deste Estado, porque foi aquela questão que envolve o eixo suspenso que as concessionárias estão cobrando. Por quê? Porque o mal-fadado contrato do pedágio não prevê a isenção da cobrança do eixo suspenso, ou seja, a Assembleia pode aprovar uma lei, o Governador pode sancionar, obviamente a concessionária vai contratar os advogados, como fizeram no passado, pagam lá R\$ 1 milhão de honorários

e derrubam a decisão. É isso que acontece. Depois vai o Líder da Oposição lá, aprovamos a lei, o Governador sanciona, vem o Líder da Oposição: “O Governo foi derrotado”. Ora, sabemos que o interesse público está do lado de quem? Está do lado da não cobrança do terceiro eixo, do eixo suspenso dos caminhões sabemos disso.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

O senhor citou o *pacta sunt servanda* como advogado. Falou muito bem. Mas nesse caso é diferente, porque não existe nada prevendo no contrato. Se não está previsto no contrato, e até citei um exemplo assim bem popular para que as pessoas possam entender, também não está previsto no contrato a cobrança de pedágio de transeuntes, de cachorro, de carroça. Isso não quer dizer que as concessionárias amanhã ou depois, possam vir a cobrar algo que é indevido. No caso dos eixos suspensos, o eixo está levantado, não está encostando na rodovia. É um absurdo o que as concessionárias estão fazendo. Temos que aprovar sim, e é perfeitamente constitucional. E o senhor que também luta com relação a essas injustiças a respeito das tarifas de pedágio, tenho certeza absoluta vai apoiar essa decisão aqui da Assembleia Legislativa. Vai ser muito importante para uma grande conquista dos caminhoneiros e empresas de transporte do Paraná.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas olha, antes eu não tenho dúvidas, temos que perguntar para o PGE se vai virar contencioso, porque senão vão acusar amanhã de deixarmos o esqueleto no armário. Sinceramente, vamos nos precaver um pouco isso, porque Deputado Elio Rusch, sinceramente, cada vez que V. Exa. vai à tribuna e faz um pronunciamento como fez hoje mexe direto no meu fígado, mas eu lhe concedo um aparte.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Não falei de pedágio Deputado Romanelli. Falei das leis, que o Governo, usa a sua maioria aqui na Casa, aprova a lei, e que argumentamos que são leis inconstitucionais que derrubamos na Justiça e V. Exa. procura com toda sua inteligência, que lhe é peculiar, confundir as pessoas que, em casa estão nos assistindo, dizendo que eu estou defendendo o pedágio. Longe disso! Falei, única e exclusivamente, do decreto das cobranças da compensação do precatório. Do decreto que é inconstitucional. Falei dos transgênicos, dos cargos que o Governo quis transformar por decreto. É isso que fiz referência. E V. Exa. já começou a misturar o pedágio. Não falei do pedágio.

Poderia sim dizer que o Governador Roberto Requião aprovou uma lei que nós fomos a favor de encampar o pedágio. Mas, ele não encampou o pedágio, porque teria que indenizar as empresas. Fiz referência a

essas três leis. E não vejo onde o interesse público tenha sido prejudicado com relação aquela ADIN que derrubamos, com relação aos transgênicos, lá no Supremo. A ADIN é do nosso partido. Agora, essa ADIN que o Governo perdeu nem sei quem é o autor. Só sei que o Governador Roberto Requião perdeu mais uma, como perdeu tantas outras. Por que ele perde? Porque ele se considera acima da lei.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Em relação ao decreto esta Casa vai ter que regular essa matéria ou o Poder Executivo. Deixar isso sem um freio é uma decisão que vai contrariar o interesse público, Deputado Elio Rusch goste ou não.

Gostaria de falar de dois temas. O primeiro das tricas e futricas na política paranaense. Vê se é possível numa mesa onde estavam sentados o Governador Roberto Requião, o Prefeito de Guarapuava, os Senadores Álvaro Dias e Osmar Dias, Deputados Federais César Silvestre e Eduardo Sciarra, o Governador vetar a presença do Prefeito Beto Richa. Não é possível uma coisa dessa, que a política paranaense fique nivelada por uma discussão como essa. Penso que o Líder do PSDB deva medir as palavras antes de cometer um grande desserviço para a política paranaense, no sentido de resumir a política às tricas e futricas. Sinceramente me decepcionei quando vejo a Assembleia Legislativa perder tempo com isso.

Quero dizer aqui publicamente, que é uma questão de honra para o Governo, o esclarecimento dessa chacina cometida durante o final de semana. Recordo que, há 13 anos, fui candidato a Vice-Prefeito na chapa do Deputado Federal Max Rosemann, já falecido, e na eleição de 1996 eu e Max denunciávamos que na Vila Trindade, no Cajuru, para poder ter acesso tinha que se negociar como chefe do tráfico local, senão as equipes de TV ou qualquer liderança eram expulsas do local. Isso acontecia há 13 anos aqui na Cidade de Curitiba. Pergunto, como Deputado Estadual, como pai, como alguém que já sofreu duas ações da violência este ano, temos sediado em Curitiba um terço de efetivo policial, mais do que um terço dos Membros do Ministério Público. Os Juízes da área criminal, os Juízes do aparato do Sistema Penal estão sediados em Curitiba.

Nós, efetivamente, temos aqui as penitenciárias, os presídios, temos uma grande estrutura na área da Segurança Pública. Temos uma ação articulada na Segurança Pública. O Governador Requião todas as segundas-feiras reúne no Palácio o Ministério Público, Poder Judiciário, as Chefias da Polícia Civil e da Polícia Militar, representantes da sociedade civil organizada, e debate o tema e toma providências de forma pública e transparente na Operação Mãos Limpas.

Agora, indiscutivelmente temos que reconhecer que vivemos em uma pandemia da violência. Houve uma mudança de rotas do tráfico de drogas, e temos que reco-

nhecer que o nosso está muito frágil. Agora, indiscutivelmente é um tema que tem que ser debatido e uma solução tem que ser construída que envolva Estado e sociedade civil organizada, e esta Casa, claro, não pode faltar ao povo paranaense. E quero, aqui, publicamente, manifestar a minha convicção de que vamos rapidamente, por uma questão de honra, a Polícia tem que apresentar quem são os autores dessa chacina e, claro, o Secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, tem tomado medidas efetivas de combate à criminalidade e temos que fazer isso de uma forma articulada porque a sociedade quer resposta. E efetivamente sabemos o quanto estamos investindo na área da Segurança Pública. E quero, aqui, publicamente, manifestar a minha confiança na Polícia Militar e na Polícia Civil, e dizer que vamos, sim, enfrentar essa onda de violência e dar a resposta efetiva que a população nos cobra.

Era isso. Muito obrigado.

O Sr. Professor Lemos (PT)

(Assentimento)

Para registrar que recebemos da Secretária de Estado da Educação, professora Yvelise, o comunicado de que no dia 15, dia do professor, será feita uma folha complementar para pagar os avanços nas carreiras dos professores, dos funcionários de escolas, que ainda aguardam desde o início do ano esse pagamento.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 899/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a execução urgente da duplicação da PR-558, trecho que liga os Municípios de Campo Mourão e Araruna.

À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Indicação nº 900/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a aquisição de uma ambulância ao Município de Jandaia do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 378/09, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre relatórios a serem enviados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme especifica. **Aprovada.** (Publ. no DA nº 089/09, de 05/08/09, em Projetos de Lei).

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária - Núcleo de Cascavel, com sede e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Chopinzinho. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/09, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Quinta do Sol. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/09, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação Toledana de GRD, com sede e foro no Município de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Pastor Pio Francisco de Carvalho. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Votação Nominal). (Publ. no DA nº 013/09, de 04/03/09, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 066/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Belinati, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Pastor Pio Francisco de Carvalho.

Fundamentação

Dispõe a Lei nº 13115 de 14/02/01 alterada pela Lei nº 14677 de 06/04/05:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelos menos dois requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada.

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura. (grifo nosso)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de Cidadão Benemérito, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto. No mesmo sentido, conforme a justificativa do projeto, prova-se que os requisitos solicitados pela lei foram atendidos.

A presente proposição excedia a quota de oito projetos por legislatura, referente ao partido correspondente. Ocorre que o autor do projeto pediu o arquivamento da Proposição nº 773/07, o que abre espaço para uma nova proposição de título honorário ou benemérito. Verifica-se então, que o Partido Progressista tem legitimidade para propor uma nova proposição no que diz respeito à títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito.

Desta forma, não há nenhum óbice que impeça a normal tramitação do projeto.

Conclusão

Assim, diante da constitucionalidade e legalidade aferidas no presente projeto, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputados que forem favoráveis a concessão do título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Pastor Pio Francisco de Carvalho, por proposição do Deputado Antonio Belinati, votem com a expressão SIM e os que forem contrários, votem com a expressão NÃO.

Vai se proceder a apuração.

Trinta Srs. Deputados presentes. Vinte e nove SIM.

Está aprovado o projeto.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que institui a política estadual de prevenção, controle e erradicação as espécies exóticas invasoras e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. SUBSTITUTIVO GERAL DA CEMA. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBEMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 039/09, de 27/04/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 184/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, institui a política estadual de pre-

venção, controle e erradicação das espécies exóticas invasoras e dá outras providências.

O projeto de lei ora analisado não encontra nenhum óbice legal, regimental e constitucional, tendo respaldo na Constituição Federal, que assegura:

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Já a Constituição Estadual diz:

Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

Dentro desse paradigma, verifica-se que a proposição intenta encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais.

Quanto à técnica legislativa, não foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98, em seu artigo 3º inciso III.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através da emenda aditiva anexa.

Sala das Comissões, em 08/06/09

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 184/09

Art. 20. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 184/09

P A R E C E R :

A proposta de projeto de lei do nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida, visa instituir a política estadual de prevenção, controle e erradicação das espécies exóticas invasoras, além das condições de usos dessas espécies.

A proposta do projeto vem ao encontro das políticas sócio ambientais de preservação e sustentabilidade de todo o planeta.

Considerando a necessidade de alterações para que o projeto de lei não venha a prejudicar outros seguimentos, após diligência a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, optamos por elaborar um substitutivo geral ao projeto (anexo), para que possa adequar o projeto de acordo com o interesse público.

Sendo assim, nosso parecer é favorável para sua tramitação, na forma do substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA

Presidente em exercício

ROSANE FERREIRA - Relatora

COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 184/09

P A R E C E R :

O projeto de lei do nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida visa instituir a política estadual de prevenção, controle e erradicação das espécies exóticas invasoras, além das condições de usos dessas espécies.

Conforme o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa, substituímos os artigos do projeto em sua abrangência, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º A presente lei institui a política de prevenção, erradicação e controle de espécies exóticas invasoras no Estado do Paraná, além das condições de uso dessas espécies.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I - **espécie nativa:** a espécie, subespécie ou táxon inferior ocorrente dentro de sua área de distribuição natural presente ou passada.

II - **espécie exótica:** espécies, subespécies ou táxon inferior localizado fora de sua área de distribuição natural presente ou passada, incluindo qualquer parte, gametas, sementes, ovos ou propágulos dessa espécie que possa sobreviver e posteriormente reproduzir-se

III - **espécie contida:** espécie exótica cujo potencial de invasão é reconhecido pelo histórico de invasão em algum ecossistema dentro ou fora do Estado e que em determinado local encontra-se com distribuição limitada por controle humano em função do uso a que se destina.

IV - **espécie introduzida:** espécie exótica cujo potencial de invasão é reconhecido pelo histórico de invasão em algum ecossistema dentro ou fora do Estado, porém sem expressão de invasão, reconhecido até o momento em outro ambiente no Paraná, ou seja, em estado latente.

V - **espécie estabelecida:** espécie exótica cujo potencial de invasão é reconhecido pelo histórico de invasão em algum ecossistema dentro ou fora do Estado, já em estágio de auto-regeneração em nível local.

VI - **espécie exótica invasora:** espécie exótica cuja introdução e dispersão ameaça ecossistemas, habitats ou espécies e causa impactos ambientais, econômicos, sociais ou culturais.

VII - **ecossistema:** conjunto formado por todos os fatores bióticos e abióticos que atuam simultaneamente sobre determinada área geográfica.

VIII - **habitat:** lugar ou tipo de local onde um organismo ou população ocorre naturalmente.

IX - **fauna atóctone:** conjunto de espécies ou espécies, subespécie ou táxon inferior cuja área de distribuição natural coincide com a distribuição atual.

X - **fauna alóctone:** conjunto de espécies ou espécie, subespécie ou táxon inferior que não é originária da região, que veio de outro ecossistema ou habitat ou de outra bacia hidrográfica.

XI - **análise de risco:** protocolo de avaliação de risco de uma espécie exótica tornar-se invasora, com base em características biológicas e ambientais.

XII - **animal de estimação:** animal proveniente de espécies da fauna silvestre, nascido em criadouro comercial legalmente estabelecido, mantido em cativeiros domiciliar, sem finalidade de abate, de reprodução ou de uso científico e laboratorial.

XIII - **animal doméstico:** espécie que através de processos tradicionais de manejo e seleção tornam-se domésticos, possuindo características biológicas e comportamentais em estreita relação com o homem.

XIV - **repovoamento:** soltura de um ou mais animais, nascidas em cativeiros ou capturados na natureza, em uma área contida na sua distribuição geográfica original, onde sua população natural esteja em declínio ou tenha desaparecido.

XV - **planta ornamental:** espécie de flora cultivada exclusivamente para composição de jardins ou paisagismo.

XVI - **pequenos proprietários rurais:** são os proprietários rurais conforme definição do INCRA - Instituto Nacional de Cartografia e Reforma Agrária.

XVII - **controle:** conjunto de ações tomadas com o objetivo de manter populações de uma espécie exótica invasora em níveis baixos aceitáveis ou restritas às áreas determinadas para sua produção ou criação.

XVIII - **erradicação:** conjunto de ações tomadas com o objetivo de eliminar uma espécie de uma determinada área ou região.

Art. 3º O Estado do Paraná, deverá instituir, reconhecer e atualizar, em períodos máximos de dois anos, a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras.

Parágrafo Único. As espécies listadas deverão estar incluídas nas seguintes categorias:

I - categoria I - espécies que não devem ser cultivadas ou criadas ficando seu uso em qualquer uma das formas proibidas;

II - categoria II - espécies com valor comercial que podem ser criadas ou cultivadas sob condições controladas e sujeitas a normas e regulamentação específica;

III - categoria III - espécies que podem ser estudadas, mas não cultivadas ou criadas, e para isso também necessitarão de autorização ambiental.

Art. 4º O Estado poderá prover a pequenos proprietários rurais apoio para a erradicação e o controle de espécies exóticas invasoras não cultivadas.

§ 1º O apoio será provido sob forma de capacitação técnica, licenças ambientais quando necessárias ou subsídios e ferramentas de controle e erradicação;

§ 2º A execução das medidas de controle, erradicação ou prevenção são de responsabilidade de proprietário rural;

§ 3º O controle de dispersão de espécies exóticas invasoras em uso comercial na propriedade é de responsabilidade integral do proprietário.

Art. 5º O Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação poderá estabelecer diretrizes à presente lei para o ensino fundamental, médio e profissionalizante.

Art. 6º O Estado deve adotar medidas de prevenção à entrada e à dispersão de novos espécimes de espécies exóticas invasoras e de novas espécies em unidades de conservação de proteção integral.

Art. 7º O Estado deve adotar medidas para prevenir a entrada de espécies exóticas invasoras em todas as suas fronteiras.

Parágrafo Único. A Administração Pública promoverá qualificação técnica para que seus agentes façam cumprir a presente lei.

Art. 8º As solicitações para introdução de espécies ou de populações de espécies exóticas aos ecossistemas representados no Estado serão avaliados pelo órgão ambiental responsável com base em protocolos de análise de risco ambiental ou de incerteza, inclusive para fins de pesquisa.

§ 1º O Estado deverá manter registro público dos processos de análise de risco em andamento e já realizados.

§ 2º Caberá ao interessado na introdução da espécie ou população provar que o organismo é seguro para introdução por não oferecer risco de se tornar invasora.

Art. 9º Fica proibido o uso de espécies exóticas invasoras por empreendimento e instituições públicas, à exceção de uso científico. Neste caso será obrigatório a autorização ambiental.

Art. 10. Fica proibido o uso de espécies exóticas invasoras para fins de recuperação ambiental em qualquer situação.

Art. 11. É proibida a liberação, soltura ou disseminação na natureza de espécimes de espécies exóticas a qualquer dos ecossistemas existentes no Estado.

Art. 12. O Estado promoverá e determinará o controle permanente das espécies exóticas invasoras, conforme as seguintes situações:

I - para todas as espécies da Categoria I da Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras do Estado do Paraná;

II - em todas as áreas de preservação permanente e unidades de conservação de proteção integral;

III - em qualquer situação em que houver a presença de espécies exóticas invasoras em ambientes naturais.

IV - em todas as propriedades públicas e áreas devolutas, incluindo-se áreas de domínio;

Art. 13. Fica proibido o comércio e a posse de todos os animais constantes da Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras como animais de estimação.

Art. 14. Fica proibido o comércio, o cultivo e o uso para fins ornamentais de todas as espécies de plantas constantes da Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras nos ambientes referidos.

Art. 15. É obrigatório o controle de plantas exóticas invasoras em ambientes naturais e em áreas legalmente protegidas, sendo permitido o uso de produtos químicos considerados necessários por recomendação técnica.

Art. 16. Fica permitida a remoção, a apresentação e o abate de animais exóticos invasores pelos órgãos de Meio Ambiente, Agricultura e Saúde ou por pessoas físicas e jurídicas previamente delegadas por esses órgãos.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(a) ROSANE FERREIRA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE AO
PROJETO DE LEI Nº 184/09

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, institui a política estadual de prevenção, controle e erradicação das espécies exóticas invasoras e dá outras providências.

A emenda substitutiva geral ora analisada não encontra nenhum óbice legal, regimental e constitucional.

Quanto à técnica legislativa, não foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98, em seu artigo 3º inciso III.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através da subemenda aditiva apresentada em nosso parecer anterior, anexa.

Sala das Comissões, em 22/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoiamento:

Duflío Genari, Francisco Bühner, Reni Pereira, Jocelito Canto, Artagão Júnior, Nereu Moura e Luiz Claudio Romanelli.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 184/09

Art. 17. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 072/09, que objetiva o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Cruzeiro do Iguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado.(Publ. no DA nº 101/09, de 01/09/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 443/09

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 443/09 de autoria do Poder Executivo, tem por escopo autorizar a efetuação de doação de imóvel, por meio do Departamento de Estradas e Rodagem - DER, ao Município de Cruzeiro do Iguaçu, de área constituída de 6 mil e 400m², com edificação, constituída pelo Lote 04, sob Matrícula nº 11.095, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Dois Vizinhos. Ficando gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado, exclusivamente, como Parque de Máquinas e Equipamentos, será usado exclusivamente, como Parque de Máquinas e Equipamentos do Município, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Competência e Previsão Legal

É indispensável à análise no aspecto da legitimidade para legislar acerca da matéria deste projeto de lei, assegurado pelo artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, que o Governador do Estado, detém de iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente de Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).

Vislumbra-se ainda que o Governo está autorizado pelo Regimento Interno desta Casa de Leis em propor projetos de lei:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou comissão. (grifo nosso).

Assim, o Governador do Estado do Paraná, tem competência para iniciar projeto de lei, bem como leis, que dispõe sobre matéria de doação de imóvel ao Município de Cruzeiro do Iguaçu, não ferindo os princípios constitucionais, portanto não há qualquer vedação pela Constituição Estadual e Federal.

O artigo 10 da Constituição Estadual do Paraná demonstra que a doação imóveis para os Municípios devem ser realizados através de lei, *in loco*.

Art. 10. Os bens imóveis, do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão, ou fundação de sua Administração Direta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

O artigo 17, inciso I, alínea "b" da Lei nº 8666/93, assevera que:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para os órgãos da Administração Direta e entidade autárquica e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

a)...

b) doação, permitida exclusivamente para órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado disposto nas alíneas "f" e "h".(grifo nosso).

Desta forma, o Governador está autorizado a doar imóveis do Estado, mediante lei ordinária ao Município de Cruzeiro do Iguaçu, pois é pessoa jurídica de direito público interno, cumprindo com o disposto legal, supra-citado.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado através de prerrogativa e competência do Poder Executivo para legislar e sobre a proposição de lei estadual, concernente a matéria tratada.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto de lei, não encontra nenhum óbice da Lei Complementar n° 095/98

Sala das Comissões, em 15/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 443/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Cruzeiro do Iguaçu.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo a instalação do Parque de Máquinas e Equipamentos.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 28/09/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto e Lei n° 483/09, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública o Instituto Palazzolo, com sede e foro no Município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA n° 106/09, de 15/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 483/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Palazzolo, com sede e foro no Município de Paranaguá - Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei n° 6994/78, alterada

pela Lei n° 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar n° 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somo de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 21/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento n° 4841, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Deputados Douglas Fabrício, Plauto Miró, Luiz Carlos Martins e demais Deputados, constante do expediente. **Prejudicado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero registrar o seguinte: este requerimento foi rejeitado por este Plenário exatamente no dia 19 de agosto passado, muito recente ainda.

Nós sabemos, o Regimento Interno é absolutamente claro que este requerimento não pode ser novamente apreciado. Eu, na época, alertei a Oposição que eles estavam, de fato, esgotando uma possibilidade que era um pedido de convocação feito de uma forma absolutamente equivocada.

E quero dizer o seguinte, Sr. Presidente: nós, bancada de apoio ao Governo do Estado, em absoluto nós recusamos a poder, eventualmente, acordar com o Secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, para que ele possa vir a esta Casa, como já fez, e fez muito bem feito aliás, vir aqui debater sobre a política de Segurança Pública em nosso Estado. Todos sabemos dos temas, enfim, que estão envolvidos, mas não tenho dúvida que o Secretário Delazari é uma pessoa extremamente capaz e com qualificação para debater esse tema nesta Casa, com todos os Srs. Parlamentares, como tem debatido com a sociedade e dentro do próprio Poder Executivo.

Mas, indiscutivelmente, Sr. Presidente, do ponto de vista regimental, este requerimento não pode prosperar, mas coloco-me aqui à disposição da Oposição para que este tema possa ser debatido, inclusive com a presença do Secretário da Segurança Pública, mas não desta forma, ou seja, única e exclusivamente para promover desgaste político, para poder, de fato, alguns que lamentavelmente muitas vezes querem surfar na tragédia que assola a nossa sociedade, não é só a sociedade curitibana e paranaense, na verdade virou uma pandemia esta questão da violência e sabemos que o tema tem que ser tratado com muita responsabilidade e reconhecendo os esforços que a área de Segurança tem feito. Mas coloco-me à disposição para que

possamos discutir e encaminhar no tempo que for feito com a Liderança da Oposição e claro, formulado o convite ao Secretário Luiz Fernando Delazari e ele concordando, até porque ela já se manifestou e concorda plenamente em promover um debate sobre o tema.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, já vi nesta Casa várias vezes o Plenário, por ser soberano, autorizar, e esse é um caso importante tivemos algo que nunca aconteceu na história do Paraná, um traficante fecha um bairro da Cidade de Curitiba, mata oito pessoas e fere mais duas. Acho importantíssimo esta Casa trazer o Secretário da Segurança aqui, para que ele diga o que está acontecendo e o que está sendo feito pela Segurança.

Não é questão política, não é questão partidária, mas não pode acontecer isso no Estado do Paraná, na sua Capital, e não temos o Secretário da Segurança aqui, dizendo o que está ocorrendo. É um fato novo, não entramos com um requerimento baseado em algo antigo, é um requerimento baseado no que aconteceu neste fim de semana.

Acho que a Segurança Pública é importantíssima, um traficante fechar um bairro de Curitiba é porque ele não respeita a Segurança, isso pode servir de exemplo para que outros façam igual, e não podemos deixar isso continuar. Acho que devemos votar o requerimento, o fato é novo, desse final de semana, e trazer o Secretário aqui para esclarecer o que está sendo feito, porque senão esse desrespeito vai gerar precedentes para que outros marginais possam enfrentar a Polícia, e a Cidade de Curitiba ficar numa desorganização total.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, na verdade esse requerimento apresentado pela Bancada de Oposição, a iniciativa foi do Deputado Valdir Rossoni e foi subscrito pelos Deputados da Oposição, por quê? Diante dos últimos fatos que têm acontecido no Estado do Paraná, sabemos que o Deputado Marcelo Rangel já teve um requerimento idêntico a esse, rejeitado, e até para refrescar a nossa memória aqui na Casa, na Comissão de Segurança Pública foi aprovado um requerimento convocando o Secretário, convocando, mas foi transformado em convite para que o Secretário pudesse vir. A Comissão de Segurança Pública entendeu o pedido da Liderança do Governo e transformou a convocação num convite: o Secretário não veio. O Deputado Douglas Fabrício também apresentou um requerimento aqui na Casa, que foi rejeitado. Agora, não é possível que esta Casa fique sempre esperando o que é que vai acontecer, o que está acontecendo com a Segurança Pública no Estado do Paraná.

Presidente Nelson Justus, tenho ouvido e visto pela televisão, e toda sociedade do Paraná, do Brasil e do mundo tem assistido que o toque de recolher existe nos Países que estão em guerra mas não num País como o Brasil. Quer dizer, a guerra é entre quem? Entre as gan-

gues. Não é possível que, de repente, exista um toque de recolher não solicitado pelo Governo, mas um toque de recolher dos traficantes, e a comunidade que não se recolhe, as pessoas que não vão para dentro das suas casas são assassinadas friamente, brutalmente, na rua! Não é possível que isso esteja acontecendo!

Temos que ser coerentes, sabemos que o problema de Segurança hoje não é só no Paraná, mas isso é normal acontecer onde? Lá nas favelas da periferia de São Paulo, Rio de Janeiro, mas uma chacina matando oito pessoas, uma criança de cinco meses no último final de semana aqui em Curitiba! E se realmente o carro de som estava passando, como a imprensa está noticiando, convocando as pessoas para se recolherem e a Polícia não tomar providência, não perguntou quem foi o autor, quem é que está mandando fazer este toque de recolher, e nós Deputados ficamos aqui de braços cruzados, como se nada estivesse acontecendo, isso não é possível! Isso não é regime democrático, não existe Segurança! Aí falam em contratar segurança. Existem hoje um outro jornal que mostra alguém da Polícia Militar, um Coronel, dizendo que falta gente, sim, está falando, e vamos dizer o quê para a sociedade? O que a sociedade espera de nós? Estamos fazendo o nosso papel, queremos que a sociedade fique sabendo. Sabemos que a Segurança é um caos, tem que ter a participação do Governo Federal, tem que existir, sim.

As armas e as drogas entram dos outros Países por onde? Pela fronteira, pelos aeroportos, pelos portos. Então, temos que combater isso. Agora, não é possível, Srs. Deputados, que alguém saia com carro de som na rua dizendo: “Vão se recolher”, o toque de recolher e nada acontece. A Polícia só vai depois que aconteceu a chacina, o crime, aí aparece.

Não vejo dificuldade. Quem sou eu para falar de Segurança, não entendo nada de Segurança, mas entendo o clamor da sociedade. Entendo os anseios da sociedade, que espera por parte do Governo uma atitude concreta para resolver o problema. E não dizer que a sociedade é inventada pela imprensa. A situação é essa na Capital. A maior chacina foi em Guaíra, no Oeste do Paraná, agora é Curitiba, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande, no Norte do Paraná, é em Foz do Iguaçu, a Cidade mais violenta do Brasil, onde o maior número de jovens morre. Proporcionalmente, o número de jovens que são assassinados é no Oeste também.

Vamos dizer o quê? Tem que, uma hora dessas, o Secretário vir para cá e dizer: “Está acontecendo isso, isso e isso no nosso Estado”. Ou resolvemos, ou não resolvemos, ou a sociedade tem que tomar as providências.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Temos que obedecer o Regimento. Realmente apresentamos um documento de convocação ao Secretário Fernando Delazari, eu apresentei há mais de um mês. Não concordo com o Regimento, porque existem fatos novos. É necessária a presença imediata do Secretário aqui na Assembleia Legislativa. E se tivéssemos apro-

vado o requerimento pedindo a convocação há mais de um mês atrás, como nós fizemos, talvez tragédias como essa, ou outros fatos terríveis com relação à Segurança, não tivessem ocorrido. Precisamos ouvir, sim, o Secretário. Por isso vou pedir para discutir o requerimento, para que as lideranças possam se reunir para chegar a uma conclusão do que pode ser feito com relação à convocação do Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se, na forma regimental, já que V. Exa. pede para discutir.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Para Encaminhar)

V. Exa. desculpe, o Regimento Interno é claro, já foi rejeitada a matéria, não importa se o Deputado Marcelo Rangel concorda ou não com o Regimento Interno, ele tem que seguir o Regimento. Esse requerimento tem que ser arquivado, uma vez que ele fere o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não tem a menor dúvida disso.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Quando alguém pede para discutir, adia-se na forma regimental, mas V. Exa. já iniciou a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Já discutimos. Esse requerimento não será votado novamente, já ficou muito claro isso. Está prejudicando o requerimento. Esta Presidência em hipótese alguma, não entende razões, ou entende todas as razões dos Deputados quererem a presença do Secretário da Segurança aqui. O Deputado Romanelli foi muito feliz. Acho que não há razão alguma para o Secretário não vir a esta Casa conversar com os Deputados. Até porque, quando aqui esteve, foi muito bem recebido pela Comissão de Segurança Pública, nós conversamos bastante. E o Secretário saiu-se muito bem. Aliás, todos os Secretários que historicamente vêm a esta Casa, sempre são muito bem recebidos. Jamais algum Deputado faltou com respeito com quem quer que seja, porque esta é uma Casa democrática, e se debater, pode debater no campo das ideias. Mas jamais ofender a quem quer que seja.

Portanto, não vejo razão alguma para que o Secretário Delazari aqui não esteja, mas também não há razão para transformarmos isso num cavalo de batalhas, ou imaginar, como disse o Deputado Rangel, que se ele aqui tivesse estado não haveria essa chacina terrível que aconteceu. Seria imaginarmos o impossível também, ou “viajarmos um pouco na maionese”. Vamos devagar com o andor.

Mas o requerimento, como já foi apresentado, fica prejudicado. Acredito que a Liderança do Governo pode, sim, perfeitamente, exercendo o seu papel de líder, conversar com o Secretário, eu me proponho a isso também, para que ele possa estar aqui conversando com todos nós da maneira mais amistosa e tranquila possível, esclare-

cendo as dúvidas que todos nós e que a sociedade tem. É uma oportunidade de a televisão mostrar os avanços que a Segurança teve, os recursos, as dificuldades que todos sabemos no mundo inteiro.

O requerimento fica prejudicado.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Pela Ordem)

Só para deixar registrado, que talvez V. Exa. não tenha entendido. Não estou culpando o Secretário ou quem quer que seja com relação à chacina que aconteceu. Mas estarmos cobrando ações por parte da Secretaria há muito tempo. Talvez se o Secretário tivesse comparecido na Assembleia, os rumos da Segurança Pública pudessem ter mudado.

Isso é real, Sr. Presidente gostaria de deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Claro que não é a presença do Secretário nesta casa que vai melhorar a Segurança do Estado, mas que vai nos colocar a par, sem dúvida nenhuma.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero justificar aqui o requerimento não fiz o requerimento apenas pelos últimos acontecimentos. Fiz um requerimento que acho que é obrigação desta Casa, neste momento, ter uma conversa e um debate sobre a Segurança Pública do Estado do Paraná.

Temos presenciado e temos percorrido todo o Estado. A Segurança do nosso Estado, pela minha avaliação, e não só pela minha, tenho certeza que de muitas pessoas, está com muita dificuldade. Não quero nem fazer crítica aqui ao Secretário para tentar aqui convencer o Líder do Governo, que poderíamos fazer aqui um convite sem restrições, porque se for para termos aqui um debate onde não possamos colocar as dificuldades que temos encontrado, da insegurança em várias regiões do nosso Estado, não adianta trazer o Secretário.

A outra vez que o trouxemos aqui, o Secretário saiu-se muito bem, mas sinceramente da forma como foi - mas não é culpa de V. Exa., talvez tenha sido culpa nossa - não foi produtivo.

Agora está mais do que madura a vinda do Secretário aqui, Deputado Romanelli. O Secretário poderia vir aqui numa atitude de grandeza. Ninguém se diminui por vir aqui. Pode vir aqui com os números, os dados, e mostrar para nós, principalmente da Oposição, porque está muito fácil fazer discurso hoje. Hoje, se você for num bairro de Curitiba fazer uma reunião com os moradores e dizer que vamos tratar de Segurança, a presença é de grande número.

Então, se quiséssemos apenas fazer política, pela política, faríamos isso.

Aceito a decisão de V. Exa. da convocação, é regimental, concordo, mas nós Parlamentares, tenho certeza absoluta quem está nos assistindo na TV Assembleia, se marcarmos o dia e hora da vinda do Secretário da Segu-

rança aqui, teremos uma grande Audiência. Por quê? É clamor da sociedade.

Alguma coisa está errada. Falta dinheiro, manda um pedido de suplementação, nós aprovamos o aumento de recursos para a Secretaria da Segurança, mas algo tem que ser feito. Certamente os paranaenses ficariam contentes com esta Casa se tomássemos essa atitude.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento n° 4850, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Gostaria de pedir para discutir. Pedi porque o Pastor Edson pediu uma única informação, mas vou poder dar essa informação amanhã, com certeza, porque ele pede qual é o departamento que faz avaliação do conteúdo dos livros didáticos da Secretaria de Estado da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto o autor do requerimento se adia-se, na forma regimental, para amanhã a resposta do requerimento.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Prefiro que adie, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 4837, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4789 e 4790, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4791, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4788, 4855, 4856 e 4857, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4845, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4859, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4792, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4861, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4794 a 4835, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4839, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 4844, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos n°s 4846 a 4849, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4858, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 4860, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, com apoio dos Deputados Dr. Batista, Luiz Carlos Martins, Felipe Lucas e demais Deputados, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 4793, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 4854, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 325, 383 e 480/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 066, 184, 443 e 483/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 372 e 387/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2009/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11094, datado de 01/09/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a DOUGLAS CONRADO SCHMIDT, matrícula nº 40224, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Médico, nível NUE-03, com lotação da Coordenadoria de Serviço Médico, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14/09/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2010/09

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9716, datado de 30/07/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ELI HANNEMANN, matrícula nº 41002, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-04, com lotação na Procuradoria Geral, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/02 e 21/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14/09/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2011/09

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3570, datado de 04/05/06, deste Poder,

R E S O L V E :

1-revogar o Ato da Comissão Executiva nº 1440/08, publicado às fls. 07 do Diário da Assembleia nº 152, de 15/11/08;

2-conceder aposentadoria, por idade e tempo de contribuição, a WANDERLEY BELLINATI, matrícula nº 40381, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nível NAA-05, portador do Cartão de Identidade do Advogado nº 7754/PR e do CPF nº 136.500.688-34, a partir de 14/02/06, de modo integral, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/03, com proventos mensais e integrais correspondentes à última remuneração do cargo efetivo, acrescido de 05 adicionais de acordo com o artigo 170 e parágrafo único, e mais de 05 adicionais de acordo com o artigo 171 e parágrafos da Lei Estadual nº 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme fls 18. Os proventos serão reajustados com paridade e para sua correção serão utilizados os mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, havendo, também, a inclusão de novas vantagens concedidas, mesmo em face de modificação ou transformação de cargos, nos termos do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/05, conforme cálculos os proventos de fls. 18, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14/09/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2095/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10557, datado de 18/08/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a IZABEL CONCEIÇÃO S. DE OLIVEIRA CRISTO, matrícula nº 611, funcionária estatutária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Taquígrafa, nível NUD-04, com lotação na Coordenadoria de Serviço Taquigráfico Administrativo desta Casa, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 01/12/00 a 01/12/05. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22/09/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2096/09

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9574, datado de 21/07/09, deste Poder,

R E S O L V E :

determinar, a exclusão de desconto de imposto de renda retido na fonte dos proventos de DARCY DEITOS, matrícula nº 50016, ex-Parlamentar desta Assembleia Legislativa conforme Laudo Médico de nº 045/09, expedido por Junta Médica desta Casa, na forma do artigo 6º, inciso XIV da Lei Federal nº 7713, de 22/12/88, com nova redação dada pela Lei Federal nº 11052, de 29/12/04.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22/09/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2105/09

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11488, datado de 14/09/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a INOLAN ANTONIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA, matrícula nº 123, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUE-06, abono de permanência nos termos do parágrafo 1º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 041/03.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28/09/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2106/09

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11569, datado de 16/09/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a CARLOS ARTHUR BONATO, matrícula nº 40306, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Médico, nível NUD-03, com lotação da Coordenação de Serviço Médico Administrativo, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/02 e 22/12/07. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29/09/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 206/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12059, datado de 25/09/09, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição do Ministério Público do Paraná, o funcionário deste Poder Legislativo, LUIZ ALBERTO KUCHENBECKER, matrícula nº 66, para integrar as atividades da Assessoria de Imprensa da Procuradoria Geral da Justiça, até 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, Em 28/09/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 208/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11463, datado de 14/09/09, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar averbar na ficha funcional de JOSE ESTEVAO DOS SANTOS, matrícula 40733, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Carpinteiro, nível NBA-02, o tempo de contribuição num total de 08 anos, 02 meses e 11 dias, já descontado o tempo em paralelo, nos termos do artigo 201 e parágrafo 9º da Constituição Federal, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, em que trabalhou na Randon Implementos S.A., de 20/01/77 a 02/12/77 (10 meses e 13 dias); na Indústria Divisórias Móveis Mobel Ltda., de 07/03/78 a 31/12/81 (03 anos, 09 meses e 25 dias); na Maringá Montagens S.C. Ltda., de 01/09/82 a 01/03/84 (01 ano, 06 meses e 01 dia); na Serlheria Maringá Ltda., de 01/06/84 a 02/06/86 (02 anos e 02 dias), conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, datada de 11/09/09, em anexo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29/09/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e move dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões

da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edson Strapasson, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Antonio Anibelli, Neivo Beraldin e Professor Lemos. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação. APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Ademar Traiano. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 066/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 257/09, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer do Deputado Ademar Traiano, acolhendo o voto em separado FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 364/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 391/09, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri, Stephanes Júnior e Osmar Bertoldi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO, com voto contrário do Deputado Tadeu Veneri. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 155/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 155/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli à emenda de Plenário nº 05, na forma de três subemendas anexas e contrário às emendas de Plenário nº 01, 02, 03 e 04 - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

Presidência

Indicações Legislativas

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1672

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do

Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Cidade Gaúcha.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/05/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadã terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1675

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Formosa do Oeste.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/05/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadã terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1676

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Goioerê.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/05/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadã terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1677

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Guaporema.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/05/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1678

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Indianópolis.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/05/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1679

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do

Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Iracema do Oeste.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/05/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1680

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Japurá.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/05/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1681

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Janiópolis.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/05/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1682

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Jussara.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/05/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1683

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Jundiá do Sul.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/05/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1684

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do

Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Terra Boa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/05/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1685

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Nova Olímpia.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/05/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1686

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Rancho Alegre.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/05/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.